

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Sarah Uiara Lopes da Silva

**“Questão Social”: uma análise acerca da percepção dos (das) assistentes sociais em
Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sobre as expressões da
“questão social” posta como demanda no seu exercício profissional.**

Brasília 2012



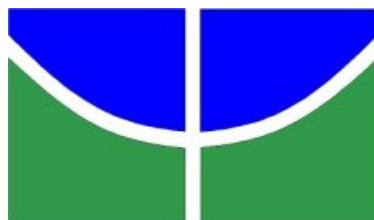
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Sarah Uiara Lopes da Silva

**“Questão Social”: uma análise acerca da percepção dos (das) assistentes sociais em
Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sobre as expressões da
“questão social” posta como demanda no seu exercício profissional.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado para obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob
orientação da Prof^a. Dr^a Adrianycy Angélica Silva de
Sousa.

Brasília, 2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Sarah Uiara Lopes da Silva

**“Questão Social”: uma análise acerca da percepção dos (das) assistentes sociais em
Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sobre as expressões da
“questão social” posta como demanda no seu exercício profissional.**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª Adrianycy Angélica Silva de Sousa

Orientadora SER/UNB

Prof^ª. Dr^ª Daniela Neves de Sousa

SER/UNB

Prof^ª. Dr^ª Ivanete Boschetti

SER/UNB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter tido essa grande conquista de um dia poder ter conseguido entrar na Universidade de Brasília - UnB e hoje está quase finalizando o curso de Serviço Social.

Agradeço a pessoa mais importante da minha vida, meu pai Valdemir que com grandes dificuldades sempre me ajudou e apoiou as minhas decisões.

A minha mãe Dalva que com todo seu esforço me ajudou também a entrar na Universidade.

As minhas amigas Daiana Merquides, Ana Cláudia, Samilla; Dalila; Thiago; Barbara Sousa e Yamara Beatriz que de alguma forma me incentivaram muito a terminar o curso e a superar as dificuldades.

A professora Adrianycce que teve tanta paciência comigo na elaboração desse trabalho e nas horas de desespero. À professora Daniela pela participação, apoio e colaboração no processo avaliativo desse TCC, bem como pela sua simpatia e carisma de sempre. A professora Ivanete por também participar nesse processo avaliativo do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os (as) assistentes sociais das Unidades de Acolhimento que colaboraram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como eixo central analisar a compreensão dos (as) assistentes sociais das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em relação às expressões da “questão social” que se apresentam como demanda posta as instituições pelos usuários. A pesquisa procura compreender se esses (as) assistentes sociais entendem a relação da “questão social” e suas expressões que se apresentam como demanda posta à instituição pelos usuários. Para tanto, foram aplicados seis questionários com os (as) assistentes sociais dessas Unidades de Acolhimento. Os resultados da pesquisa mostraram uma incompreensão quanto ao entendimento do que seja a “questão social” e suas expressões.

Palavras – Chaves: “Questão Social”; Serviço Social; Exercício Profissional.

ABSTRACT

This Work Completion of course is to analyze the central axis understanding of (the) social Drives Home for Children and Adolescents in relation to expressions of "social question" who present themselves as institutions demand placed by users. The research seeks to understand whether these (the) social workers understand the relationship of the "social question" and expressions which are presented as a demand put to the institution by users. To this end, six questionnaires were applied with (the) social workers of these units Hospitality. The survey results showed a misunderstanding of understanding what is the "social question" and its expressions.

Key Words: "Social Issues"; Social Service; Units Home for Children and Adolescents; Professional Practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – “Questão Social” do que se trata?	12
1.1) O Fenômeno e sua constituição histórica.....	13
1.2) “Questão Social” concepções e suas expressões no debate do Serviço Social	27
CAPÍTULO II – “Questão Social”: objeto de intervenção do trabalho profissional do Assistente Social.....	43
2.1) “Questão Social” e formação social brasileira: novas roupagens para velhos problemas.....	44
2.2) A centralidade das expressões da “questão social” no trabalho profissional	53
CAPÍTULO III – O trabalho profissional nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: demandas que expressam a “questão social”	60
3.1) O trabalho dos (as) assistentes sociais na Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: breve histórico	61
3.2) As demandas postas para os (as) assistentes sociais das Unidades de Acolhimento para Crianças e adolescentes: uma análise das expressões da “questão social”	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE	
Apêndice 01 – Questionário de Entrevista	81
Apêndice 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	86

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como foco de análise a percepção dos (as) assistentes sociais que desenvolvem a sua prática nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes acerca das expressões da “questão social”. Ao mesmo tempo, buscamos analisar também como a “questão social” se expressa nesses espaços sócio-ocupacionais dos (as) assistentes sociais.

O interesse pelo tema surgiu a partir dos dois anos de pesquisa desenvolvidos na Iniciação Científica. O primeiro plano de trabalho desenvolvido em 2010-2011 teve como título: *“Questão Social”: uma análise do debate teórico em torno do objeto de intervenção profissional* (Silva e Sousa, 2011), que possuía como foco de análise as particularidades presentes no debate da formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB. Nesta primeira pesquisa tivemos como foco de análise as particularidades presentes no debate da formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), aqui buscando analisar especificadamente o entendimento de “Questão Social”, presentes na formação profissional, levando em consideração as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas em 1996. A pesquisa foi de natureza documental junto ao ementário e bibliografias das disciplinas *Questão Social e Serviço Social* (Diurno e Noturno) e *Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos I, II e III* (Diurno e Noturno) do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social – UnB; bem como aplicação de questionário junto aos discentes das respectivas disciplinas.

Durante a pesquisa percebeu-se que os discentes não conseguiam compreender de fato todas as dimensões da “questão social” e suas expressões, por essa razão e pelo acúmulo desenvolvido na iniciação científica nosso interesse em dar continuidade ao debate da “questão social” agora voltado ao exercício profissional. Nossa principal indagação refere-se a: será que o (a) profissional em sua área de atuação consegue perceber a partir das demandas postas ao exercício profissional as expressões da “questão social”?

Considerando que a “questão social” adquire centralidade no exercício profissional, uma vez que o (a) assistente social vai intervir no âmbito das suas expressões tradicionais e/ou reatualizadas, os (as) profissionais precisarão ser capazes de compreender os problemas e desafios impostos pela realidade social. Necessitará

também ser capaz de formular respostas profissionais e de exercer a profissão, levando em conta as competências e atribuições privativas estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional ambos de 1993 e em vigor.

Para compreender a “questão social” como objeto de intervenção do trabalho profissional do Serviço Social é necessário entender as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social proposta pela ABEPSS em 1996 que apresenta como eixo central a “questão social” considerando-a o fenômeno social sem o qual não se pode explicar o próprio surgimento da profissão de Serviço Social e ao mesmo tempo objeto de sua intervenção enquanto prática social.

No debate recente da profissão de Serviço Social afirma-se a “questão social” como a base de fundamentação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais, e para seu entendimento é necessário abranger as suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ídeo – culturais que compõem as suas expressões.

Assim sendo, é importante enfrentar reflexivamente as dimensões estratégicas e técnico-operativas do exercício profissional, voltado para compreender as expressões da “questão social” no cotidiano da vida social. Assim, verifica-se que para compreender a “questão social”, para a intervenção profissional, superando a imediatividade e fragmentação das demandas postas à profissão nos diversos espaços sócio-ocupacionais é fundamental uma intervenção profissional matizada pelos avanços do projeto ético-político da profissão.

Dessa forma, compreendemos que este tema é de grande relevância, visto que o Serviço Social tem na “questão social” os fundamentos sócio-históricos que admitem a atuação do (a) profissional, que contém nas desigualdades sociais e nas configurações da produção e sua reprodução na vida social, seu principal aspecto interventivo.

É relevante também pelo fato de existirem poucas produções relacionando a “questão social” e suas expressões em demandas que se colocam para o exercício profissional dos (as) assistentes sociais, principalmente no âmbito das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.

Deste modo, este trabalho teve como universo de pesquisas as Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal. Para isso, foi utilizada uma metodologia que fosse compatível com a coleta de dados a fim de responder as questões pertinentes a nossa pesquisa. Utilizamos de técnicas qualitativas de pesquisa em dois momentos: na análise bibliográfica que esteve centrada no levantamento e revisão bibliográfica da produção teórica consolidada na profissão, e nas pesquisas já realizadas sobre o debate da “questão social” na atualidade. Consideramos que este caminho possibilitou um mapeamento crítico das influências teóricas e das estratégias técnico-operativas desenvolvidas pelos (as) assistentes sociais para o objeto de intervenção profissional do Assistente Social. O segundo momento foi o da aplicação de questionários, com os (as) assistentes sociais de algumas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.

A aplicação dos questionários foi pautada por um roteiro semi-estruturado o que permitiu uma abertura para que o (a) profissional pudesse destacar ou enfatizar elementos que não estivessem contemplados em nosso roteiro.

Por motivos éticos, foi mantido o sigilo à identidade de cada assistente social. Todos os (as) profissionais foram esclarecidos (as) sobre a finalidade deste estudo, qual o seu tema e como se daria a sua realização; depois de informados, tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, no caso das concordâncias, assinaram o documento, atestando concordar com a aplicação do questionário e com as diretrizes da pesquisa.

Na realização de nossa pesquisa encontramos muitas dificuldades na aplicação de questionários. Tentando contemplar as instituições de acolhimento, nossa amostra ficou reduzida a seis, pois os (as) assistentes sociais não disponibilizaram-se a participar da pesquisa, em sua maioria relatando falta de disponibilidade e/ou tempo. Outra dificuldade que consideramos um dado importante para a nossa pesquisa foi o fato de alguns profissionais **não considerarem este estudo significativo para o exercício profissional dentro das Instituições e por isso não iriam responder o questionário.**

Assim, com base no exposto este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *“Questão Social” do que se trata?* abordamos o fenômeno da “questão social” com base em autores que buscam fazer uma reflexão acerca do fenômeno social em sua expressão histórico-

concreta. Dessa forma, procuramos compreender esse fenômeno historicamente e a importância desse conceito no debate acadêmico do Serviço Social considerando suas concepções e expressões.

O segundo capítulo *“Questão Social”: objeto de intervenção do trabalho profissional do Assistente Social* retratará a “questão social” na formação social brasileira identificando também a centralidade das expressões da “questão social” no exercício profissional.

No terceiro capítulo *“O trabalho profissional nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: demandas que expressam a “questão social”* refletiremos sobre o trabalho dos (as) assistentes sociais nas Unidades de Acolhimento e analisaremos como esses (as) profissionais conseguem compreender a “questão social” e suas expressões a partir das demandas postas para o Serviço Social.

CAPÍTULO I:
“Questão Social” do que se trata?

1.1) O Fenômeno e sua constituição histórica

A “questão social” tornou-se um conceito cotidiano nos debates e produções acadêmicas do Serviço Social, a partir do início dos anos 1990. É comum encontrar em artigos, teses ou em outro tipo de produção referências às “expressões da “questão social”, “enfrentamento da “questão social”, entre outras. Isso acontece porque na atualidade existem muitos debates na profissão e sua produção bibliográfica revela isso, em torno da “questão social”. Esse debate acerca do fenômeno “questão social” e sua categorização aparecem mais fortemente na profissão, quando do debate realizado para a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, em torno do eixo da prática profissional que não foi consensual, visto que havia outros entendimentos, acerca do “objeto” do Serviço Social ser as Políticas Sociais, por exemplo, e não a “questão social”.

Entretanto, para se compreender a “questão social” é necessário entender que ela foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do Século XIX¹, devido ao processo de industrialização que se desenvolveu amplamente nos marcos do capitalismo, processo esse, onde suas origens remontam ao século XVIII, surgindo na Inglaterra uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica, que se convencionou chamar de Revolução Industrial.

Esse movimento impacta fortemente nas relações sociais, pois pode realizar-se mais plenamente a dinâmica de movimentação do capitalismo, qual seja: de um lado os donos dos meios de produção, que buscavam lucros cada vez maiores, através da exploração da força de trabalho dos operários que ganhavam salários miseráveis e trabalhavam em condições precárias.

O avanço da indústria, especialmente a partir do século XIX, deu-se em direção a outros países europeus como a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Itália, e de países fora da Europa, como os EUA na América e o Japão na Ásia, sendo que a partir do século XX, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, os países à época denominados de “Terceiro Mundo”, também passaram por processos de industrialização.

¹ Para Pereira, a “questão social”: [...] indica, [...] a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a “questão social” surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a “questão social é, de fato, particular e histórica.” (PEREIRA, 2001, pág. 59).

O mundo industrial, claro, se expandia por toda a parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no ‘Terceiro Mundo’. No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do ‘socialismo realmente existe’ [...], países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados ‘países em recente industrialização’ ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países [...] dependentes da agricultura. (HOBSEBAWM, 2008, pág. 256)

Assim sendo, Netto (2001), a partir de uma perspectiva marxiana apresenta as determinações para a compreensão do fenômeno “questão social”.

Segundo o autor, a expressão “questão social” tem emprego recente e surge para dar conta do fenômeno do pauperismo que seria resultado da primeira onda industrializante do século XVIII da Europa Ocidental. Deste modo, tal fenômeno foi caracterizado como processo decorrente do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial.² Esse também foi considerado um fenômeno novo sem precedentes na história conhecida, entretanto,

[...], se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiqüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. (NETTO, 2001, pág. 42)

Netto (2001), ainda diz que ‘a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas’ na história, ou seja, quanto mais a sociedade produzia bens e serviços mais aumentava a quantidade de pessoas que não possuíam acesso e condições materiais a esses bens e serviços³.

[...], a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2001, pág. 43)

Portanto, a “questão social” vai surgir como expressão das contradições sócio-políticas da época, onde os operários protestavam contra suas condições de vida ameaçando as instituições sociais e a ordem estabelecida apontando para a eversão da

² Esse foi um tema que produziu uma larga bibliografia com autores de posições políticas diversas. Ver Netto (2001)

³ Segundo Netto (apud Lima et. all, 2010) não se restringe ao fenômeno do pauperismo, em si, mas da inserção da massa operária na arena política, em contraposição as condições materiais advindas da exploração do trabalho pelo capital, característica ineliminável da sociedade capitalista.

ordem burguesa, é neste contexto que o pauperismo passou a designar-se “questão social”.

O termo “questão social” foi empregado para designar o pauperismo, fenômeno resultante do processo de industrialização no século XIX e que conforme demonstra Netto (2004, pág. 42): “[...] a pobreza crescia na razão em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Deste modo, “a gênese da ‘questão social’ na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto á apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2008, pág.156).

Netto reflete ainda sobre o pensamento conservador que converte a “questão social” em um objeto de uma ação moralizadora na defesa da propriedade privada dos meios de produção a partir da segunda metade do século XIX.

[...] o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2001, pág. 44)

Com as Revoluções de 1848 fecha-se o ciclo progressista da burguesia que vai se expressar do ponto de vista teórico na incapacidade dos intelectuais pensarem a totalidade do processo social de seu tempo. Com isso, abre-se o ciclo para a separação entre economia e sociedade onde está a apreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e a pauperização, portanto, a “questão social” vai perder progressivamente sua “estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente).” (NETTO, 2001, pág. 43), isto por causa da urgência em defender e manter a ordem burguesa.

Assim sendo, em 1848 o movimento dos trabalhadores começa a negar essa perspectiva compreendendo que a “questão social” só será superada com a supressão da própria sociedade burguesa. A partir desse aspecto, o “pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “*questão social*”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001, pág. 45).

Netto também destaca que do ponto de vista teórico – metodológico crítico a constituição da “questão social” só será explicada em sua origem e processos de reprodução a partir da explicitação do “rigoroso processo de produção do capital”.

(NETTO, 2001, pág. 45) onde Marx esclarece com exatidão a dinâmica da “questão social”.

O autor vai afirmar também que a “questão social” é determinada pela exploração: traço característico da relação capital/ trabalho, portanto, como diz Netto “a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração” (NETTO, 2004, pág. 45).

Assim a questão inicial se mantém, o que não leva a desconsiderar as suas expressões e refrações, pois diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-a o segundo. (NETTO, 2001, pág. 45)

Demonstra ainda que existiam formas de exploração que antecederam a ordem burguesa, mas que são diferentes por que a exploração que se concretiza nas sociedades anteriores a burguesa são fruto do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas enquanto que na ordem burguesa havia uma escassez produzida socialmente que seria consequência da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Assim sendo, a ordem burguesa se “efetiva num marco de contradições e antagonismos” (NETTO, 2001, pág. 46), ou seja, a eliminação da exploração do trabalho pelo capital não significa necessariamente na redução da produção das riquezas.

Portanto, a “questão social” “[...] não tem haver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.” (NETTO, 2001, pág. 46).

Netto explica que o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial experimentou o chamado ciclo glorioso ou as três décadas gloriosas onde houve um grande crescimento econômico.

Com a construção do Welfare State e do crescimento econômico norte – americano a “questão social” e suas expressões pareciam coisas do passado, mas os

marxistas acreditam que apesar da melhoria de vida da classe trabalhadora a essência do capitalismo, ou seja, a exploração continuava intensa com os processos de pauperização.

Por fim, com a mundialização do capital as novas formas de expressão dessa desigualdade fundante passam a gerar discussões em torno de como estes supostos aparecem em novos fenômenos o que leva a afirmações de que estaríamos diante de uma “nova questão social” apontam problemas de desigualdades sociais que geram a discussão em torno de uma “nova questão social”.

A cada novo estágio do desenvolvimento capitalista, percebe-se expressões mais complexas correspondentes à intensificação da exploração. “O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração” (NETTO, 2001, pág. 48).

Para concluir, Netto aponta que a superação da “questão social” com a possível supressão do capitalismo não significa a realização da “Idade do Ouro”, ou seja, a superação de problemas que provoquem indagações em homens e mulheres. Portanto, embora a “questão social” seja a razão de ser do Serviço Social, “ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto.” (NETTO, 2001, pág. 49).

Enquanto para Netto a “questão social” se consolida na relação capital/trabalho, Rosanvallon e Castel compreendem que com o advento do Estado Social houve um equilíbrio no conflito entre proletariado e burguesia e por essa razão falar ou pensar em contradição capital/trabalho seria algo velho e ultrapassado. É nesse sentido que esses autores entendem que as transformações ocorridas indicariam a presença de uma ruptura com a antiga “questão social” que emergiu no século XIX.

Para o autor francês Robert Castel em seu livro *As Metamorfoses da “Questão Social”* este fenômeno explica-se como uma dimensão que se constrói a partir de um equilíbrio frágil entre a coesão e o conflito e que não pode ser vista somente como puro efeito mecânico, quer do ponto de vista da sua constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas. A “questão social” é um desafio que questiona, põe em questão, a capacidade de uma sociedade para existir como um conjunto ligado por relações de dependência mútua, sendo tratada como uma questão moral no interior da constituição da sociedade salarial.

A “questão social” se põe explicitamente às margens da vida social, mas ‘questiona’ o conjunto da sociedade. [...] Neste sentido, a resposta à questão será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração. (Castel, 2010, pág. 31-34)

Para o autor, a vertente social – assistencial ⁴que pode ser “caracterizado por oposição aos modos de organização coletiva que fazem economia desse tipo de recurso. Porque existem sociedades sem social” (CASTEL, 2010, pág. 48), sendo que esse tipo de sociedade seria completamente administrado por regulações da sociabilidade primária que seria uma ligação ou pertencimento a um grupo ou famílias, entre outros, por meio de sistemas de regras. Trata – se de “sociedades de permanência em cujo seio o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações, reproduz, quanto ao essencial, às injunções da tradição e do costume.” (CASTEL, 2010, pág. 49) Esse tipo de sociedade pode ter, por exemplo, a sociedade feudal, onde existe um predomínio da linhagem e dos laços sanguíneos e pelas relações de dependência e interdependência.

No entanto, mesmo nessas sociedades reguladas pelas interdependências tradicionais podem existir problemas nos processos de integração primária como, por exemplo, uma pessoa que sofre um acidente e fica impossibilitado de trabalhar, uma criança que ficou órfã, entre outros, sendo que a partir desses problemas o autor utiliza o conceito de desfiliação:

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependência fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção (CASTEL, 2010, pág. 50-51).

Portanto, quando surge algum problema no sistema de proteções mais próximo, as redes primárias de solidariedade podem se sobrecarregar e consequentemente romper-se ocasionando demissões, abandono, rejeição, explorações, entre outros.

⁴ Desde o século XIV, existiam intervenções públicas, chamado por social – assistencial, que prestavam assistência aos inválidos e indigentes e que ao mesmo tempo cuidavam da ordem pública. Essas intervenções seriam através do Estado que agia como fiador da organização e do trabalho e regulador da modalidade laboral, sendo que os “beneficiários” dessa assistência diferiam entre os que podem e não podem trabalhar e o tratamento dado era diferente.

Na sociedade feudal apesar de existir uma precarização isso não significa um rompimento com o pertencimento comunitário recusando muitas vezes uma novidade e mobilidade o que faz com que sejam eficazes contra a desfiliação. Desse modo, vai haver certa estabilidade que apesar da pobreza ser imensa e generalizada não é possível criar uma “questão social”, visto que os mais necessitados não representavam um fator de desestabilidade interna.

Castel abordará também sobre o “mendigo válido”⁵, que faz parte do critério de inaptidão do trabalho, que aparece com um significado pejorativo no início do século XIV, sendo que com o crescimento das cidades e com a estratificação social eles se tornaram visíveis e passaram a ser identificadas como um problema para as autoridades administrativas.

E justamente por causa da ambiguidade posta pelo “mendigo válido” que haverá um desdobramento e uma dramatização da “questão social”, pois representará uma “transição concreta para reintroduzir, na categorização geral do infortúnio, esta forma específica e essencial da desgraça do povo: a decadência da miséria trabalhadora ou, pior ainda, dos miseráveis que não têm trabalho” (CASTEL, 2010, pág. 93).

O social – assistencial vai assumir no Ocidente cristão nos séculos XII e XIII uma configuração complexa onde se percebe os principais traços de uma política de assistência “moderna”. Nesse período as sociedades já percebiam a existência de fenômenos de subempregos e desclassificação social, contudo segundo Castel eles se esforçaram para assimilar essas populações às categorias de assistência. Todavia, com o advento de um novo perfil de indigentes “caracterizado por uma impossível relação de trabalho” ocorrerá no século XIV uma mudança na mendicância válida que ganha com a vagabundagem uma nova dimensão, significando que todo “mendigo válido” será assimilado aos vagabundos.

Entretanto, não haverá uma mudança total, visto que o mendigo válido não vai desaparecer, mas será preciso uma releitura distinta, pois por volta do século XIV ganhará visibilidade e servirá como base para uma versão diferente da “questão social”

⁵ Segundo Castel, o mendigo válido aborda a questão de como transformar uma pessoa mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência, mas como resposta o autor afirma que não é algo que o registro assistencial pode resolver e sim um registro de trabalho. Castel também situa o surgimento da categoria do “mendigo válido”, com significado pejorativo, visto que, com a expansão demográfica, com o crescimento das cidades e com a estratificação social, eles se tornam numerosos e “visíveis” e a partir desse momento, os governos passam a proibir a mendicância.

e como existem a um longo tempo os necessitados, indigentes, carentes e até mesmo indesejáveis de todos os tipos vai ser preciso incluir indivíduos que vão ocupar na sociedade a posição de supranumerários, ou seja, que não possuem lugar determinado na estrutura social.

Portanto, acontece na metade do século XIV uma mobilização em uma formação social que renegará esses indivíduos, tanto que em 1349, Eduardo III rei da Inglaterra proclamou o decreto conhecido como o Estatuto dos Trabalhadores que é formulado como oposição ao código da assistência.

Também haverá uma mobilidade que nascerá dentro da sociedade constituída ocasionada por uma comoção interna que procura fortalecer as regulações internas a ordem social fazendo com que os cidadãos se mantenham em seu lugar na divisão do trabalho, visto que agora “a dificuldade é a organização do trabalho com a submissão de um novo perfil de indivíduos às formas tradicionais desta organização.” (CASTEL, 2010, pág. 104). Assim sendo, essas populações como permanecem integrados e fazem parte da ordem do mundo, não é possível promover ou nas palavras do autor “suscitar” uma “questão social”.

A partir disso surgirá uma questão operária inédita ocasionada pelo enfraquecimento da sociedade feudal. Castel menciona que na metade do século XIV ocorre uma desregulação da organização do trabalho que evoca as circunstâncias do início do século XIX no momento em que pela primeira vez a “questão social” aparece explicitamente sob a forma da questão do pauperismo e que esse pauperismo⁶ era considerado um fenômeno apesar de não poder ser compreendido ainda como uma expressão da “questão social”.

E é com a questão da vagabundagem que se expressa e oculta ao mesmo tempo a “questão social” na sociedade pré – industrial isso porque ela se oculta por causa da deslocação para a margem extrema da sociedade até torná-la questão de polícia e também é possível reformulá-la desde a origem da vagabundagem até a ruptura que esta revela.

⁶ Pauperismo segundo Netto (2001) seria a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX.

Castel ainda caracterizará a “questão social” como “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos, cuja existência, abala a coesão do conjunto.” (Castel, 2010, pág. 41). O autor explica que as populações dependentes de intervenções sociais seriam fundamentalmente diferentes pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, sendo tratados de forma distinta em função deste critério⁷.

Assim sendo, o lugar do social é visto entre organização a política e o sistema econômico, deixando clara a necessidade de construir sistemas de regulação não – mercantil com o objetivo de tentar preencher esse espaço. Surge desse modo a questão do papel que o Estado é chamado a desempenhar⁸.

No pós – guerra, a articulação do econômico e do social parecia ter encontrado uma solução satisfatória o bastante para que fosse considerada definitiva. O modo de gestão política associou as sociedades privada e social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado.

Nesta conjuntura se construiu o Estado social, cuja intervenção se estendeu em três direções: a garantia da proteção social generalizada, a manutenção do equilíbrio macroeconômico e a busca de um compromisso entre os diferentes implicados no processo de crescimento. Trata-se do estabelecimento de uma regulação circular onde “[...] O Estado dirige a economia. Constrói uma correspondência entre objetivos econômicos, objetivos políticos, objetivos sociais. Circularidade de uma regulação que pesa sobre o econômico para promover o social e que faz o social o meio de tirar de apuros a economia quando esta se abate.” (Castel, 2010, pág. 487)

No debate sobre a “questão social”, Castel (2010) afirma que a constituição de um miserável proletariado⁹, gerou um processo revolucionário que permitiu que o livre acesso à força de trabalho se tornasse a base, a partir da qual se reestruturou toda a “questão social”.

Para Castel, a “questão social” é caracterizada:

⁷Segundo Maranhão (2006) desde a crítica da economia política, elaborada por Marx, que as expressões da “questão social” como o fenômeno do desemprego e da pauperização dos trabalhadores, não são estranhos nem novos para um sistema que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

⁸ Castel chama de Estado social à intervenção do Estado na interseção do mercado e do trabalho.

⁹ Aqui neste trabalho entendemos como proletariado os trabalhadores que dispõem da sua força de trabalho para sobreviver.

(...) como uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se denomina uma nação) para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência (CASTEL, 2010 pág. 20).

Conforme o autor, a “questão social” foi se metamorfoseando no decorrer da história, mas a necessidade de compreendê-la está na configuração da sociedade salarial que seria não apenas uma sociedade onde a maioria da população é assalariada, mas na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam, ou seja, ao seu status, sua identidade entre outros.

Aqui fica claro que para Castel a “questão social” é transitória e que o autor não consegue visualizar que no marco da moderna sociedade burguesa não estamos falando do mesmo tipo de indigente ou carente e muito menos indesejáveis, pois o que o autor conceitua como indesejáveis é na verdade aquilo que fica nítido no pensamento marxiano que é a necessidade e a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista.

É nessa sociedade salarial que é identificado os principais processos transformadores como a internacionalização do mercado, a competitividade, a minimização do preço da força de trabalho e a maximização da eficácia produtiva e da flexibilização. É nesse sentido, que segundo Castel (2010), a sociedade salarial vai manter a vida do trabalhador que se apropriou dos privilégios de um sistema de proteção, de garantias e de direitos, mas que esse processo não foi suficiente para acabar com a desigualdade social, ao contrário, estimularam o individualismo em decorrência da institucionalização tecnocrática do social, ou seja, as transformações afetaram principalmente o universo em torno do trabalho aumentando os índices de desemprego e a precarização das relações de trabalho, afetando os direitos sociais e esgotando o modelo de proteção social.

A condição salarial na segunda metade do século XX começa a se transformar a partir dos anos 70, com a crise do capitalismo associado ao esgotamento do modelo de produção fordista, que aumentou o desemprego e principalmente, a precarização do trabalho, que pode ser expressa na atual estrutura da relação salarial, ou seja, na diminuição de contratações por tempo determinado; aumento das exigências de

qualificação, eficácia e competitividade entre os funcionários de empresas, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, entre outros.

[...] o problema atual não é apenas o da constituição de uma ‘periferia precária’, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis’ [...]. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma ‘nova questão social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 2010, p. 526).

Isto porque existirá uma precarização do trabalho, com baixo nível de proteção social, sendo que essa precarização e o aumento do desemprego correspondem a um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social - trabalhadores com cinquenta anos que não têm lugar no processo produtivo, jovens que buscam o primeiro emprego e que acumulam experiências em estágios e pequenos serviços; desempregados que se requalificam, sem resultado – que leva a pensar no perfil de pessoas que podem ser consideradas “inúteis para o mundo” nesta sociedade e que demonstra um processo de vulnerabilidade social que possui como consequência o desemprego e a desfiliação.

Desse modo, a “nova questão social” subsiste em decorrência do “enfraquecimento da condição salarial”, tendo como efeito “o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, ‘inempregáveis’, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente” (CASTEL, 2010, pág. 495). A “nova questão social” seria, portanto, fruto do enfraquecimento da sociedade salarial.

Outro autor que também apresenta uma concepção de “nova questão social” é Pierre Rosanvallon, no livro *A Nova Questão Social – Repensando o Estado Providência*. Nesta obra, o autor vai argumentar que as transformações contemporâneas fizeram surgir uma “nova questão social”. Em sua análise histórica é por meio dos sistemas seguradores, que a “questão social” foi introduzida no final do século XIX, para dar conta das disfunções da sociedade industrial nascente.

A “nova questão social” vai se colocar a partir de novos fenômenos de exclusão social, em um cenário no qual entra em crise o Estado Providência¹⁰ que foi implementado durante o pós-Segunda Guerra Mundial.

Rosanvallon identifica que o problema da exclusão no contexto de um Estado Providência em crise é que os fenômenos atuais da exclusão¹¹ não se ajustam nas antigas categorias de exploração do homem e que a “nova questão social” seria decorrência da falta de adaptação dos antigos métodos de gestão social a uma mudança de natureza na crise diagnosticada nos anos 70, sendo que tal mudança, verificada principalmente nos anos 90, teria inserido problemas de natureza filosófica relacionados aos princípios de organização da sociedade e ao próprio entendimento dos direitos sociais, ou seja, essa crise apresenta três dimensões:

- a) **Financeira** – uma vez que os gastos são maiores que o ingresso de recursos;
- b) **Ideológica** – devido a falta de eficácia do Estado empresário para enfrentar as “questões sociais”;
- c) **Filosófica** – pela desintegração dos princípios que organizam a solidariedade e da concepção tradicional de direitos sociais.

Rosanvallon explica que no início da década de 1980, com o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza criou uma crise do Estado Providência que indicaria uma ruptura com a “questão social” emergente em meados do século XIX cujos fenômenos se enquadravam nas categorias da exploração do homem. O surgimento de uma “nova questão social” é traduzido portanto, pela falta de adaptação dos métodos antigos de gestão social.

A “nova questão social” pode ser ainda pensada segundo Rosanvallon (1998) a partir de dois problemas principais:

- I. **A desagregação dos princípios de organização da solidariedade:** que vai manifestar-se no sistema de seguro social, aonde o Estado Providência seria uma espécie de sociedade securitária. Para o autor, existe ainda a progressiva

¹⁰ O Estado Providência é o como passou a se denominar o Estado que passou a assumir e a reconhecer direitos sociais como sua responsabilidade. Análises sobre o Estado Providência podem ser encontrados tanto na obra de Castel (2010), como em Rosanvallon (1998).

¹¹ Desse modo, verificamos que no pensamento desse autor o conceito de exclusão social tem a funcionalidade de desreferenciar a categoria de exploração fundamental, na nossa avaliação, para o entendimento do movimento da sociedade burguesa e do processo da luta de classes.

separação do seguro social e a solidariedade na história recente, além da atuação do Estado Providência como máquina indenizatória, causador da separação entre economia e sociedade, entre outros, tornaram-se insuficientes para gerenciar condições mais estáveis de exclusão. Nesse contexto, “a seguridade social forma um vasto sistema polimorfo, de fronteiras pouco definidas e de financiamento complexo, reunindo de forma cada vez mais inextricável pagamentos, empréstimos, subvenções, transferências de todo tipo,” (ROSANVALLON, 1998, pág. 45) afetando seu caráter redistributivo.

- II. **Fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais:** é problematizado a partir da inadequação atual da forma pela qual o Estado Providência procurou responder de modo coerente a uma série de problemas sociais. O Estado Providência teve o seu desenvolvimento no movimento de universalização de direitos, sob o suposição da igualdade dos indivíduos diante dos diversos riscos sociais que possuíam a capacidade de comprometer a sua existência. Entretanto, essa forma de ação estaria acabando diante de uma sociedade individualista e onde os fenômenos da exclusão e do desemprego definem situações estáveis.

Em um contexto de desemprego de massa e de aumento da exclusão, essa visão dos direitos como compensação de uma disfunção passageira (por motivo de doença, desemprego de curto prazo, etc.) não é mais apropriada. Concebida para tratar situações apreendidas como riscos conjunturais, ela não serve para gerenciar situações mais estáveis (ROSANVALLON, 1998, pág. 25-26).

Para que esses problemas possam ser solucionados, Rosanvallon (1998) propõe transformar o Estado Providência num Estado de Serviços, fundamentado em apoios diferenciados, solidários e individualizados, visto que os problemas se tornaram permanentes e portanto inapropriados, tendo como solução a solidariedade baseada em auxílios diferenciados aos sujeitos individuais e não mais em uma classe em si, ou seja, um Estado capaz de operacionalizar a igualdade.

Assim sendo, o Estado Providência funcionava por um “véu de ignorância”¹², pois perdeu a racionalidade das diferenças assim que compreendeu os riscos da forma homogênea.

¹² Este termo ainda comparece na obra de John Rawls que possui um entendimento diferenciado, visto que neste autor o “véu de ignorância” exerceria a condição de nivelamento e afastamento dos indivíduos da sua condição originária para em supostas bases iguais discutir a distribuição de renda.

Deve-se considerar também que supostamente para este autor os avanços da medicina genética teriam levado a sociedade a perceber que a nação não seria homogênea e não individualizada, o que fez Rosanvallon assinalar a crise do Estado Providência que acompanha o surgimento de uma “nova questão social”. Em nossa opinião vemos aqui nessa assertiva mais um elemento ratificador da individualização extrema a que vai alçar o capitalismo nos marcos do neoliberalismo e como este pensamento torna-se extremamente funcional a esta nova etapa.

A inserção social pelo trabalho é necessária para que existam ações solidárias no interior da sociedade civil e deve proceder por meio de análises do social a partir da história individual e resultar numa assistência diferenciada. É dessa forma que se deve enfrentar a “nova questão social” segundo Rosanvallon.

Entendemos, pois que a redefinição política do contrato social burguês tende a ser alterado para enfrentar às particularidades históricas das manifestações da “questão social” na atual conjuntura. Passa a ganhar importância às ações do estado voltadas para o setor privado, o que vai redundar numa assistencialização da proteção social em nome da solidariedade. Também se percebe que no enfrentamento da “questão social” existe uma mudança na relação entre as classes e o Estado e que está configurada pelo contexto histórico – social e pela difusão do neoliberalismo¹³.

Para Rosanvallon, a crise do Estado Providência que acompanha a “nova questão social” estabelece a volta dos princípios de solidariedade e espírito cívico que estavam presentes no pós Segunda Guerra Mundial e que permitiu a legitimação do Estado Providência, adquirindo a forma de um Estado Providência ativo¹⁴, baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individualizadas. Deste modo, o autor não propõe resolver o núcleo do problema, mas apenas as suas manifestações.

É muito importante frisar que existe diferenciação entre esses dois autores no que tange a sua literatura. Castel e Rosanvallon possuem diferentes percepções teóricas,

¹³ Segundo Iamamoto, o projeto neoliberal se expressa, pela naturalização da ordem capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes e no retrocesso histórico resumido no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de lutas históricas da classe trabalhadora, unificadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação essencial. Ler Iamamoto (2007)

¹⁴ “Temos sérias dúvidas que o ‘Estado Providência ativo’ proposto pelo autor seja capaz de ‘exercer justiça’ através do conhecimento das diferenças entre os homens e dando a eles um tratamento diferenciado. O problema das desigualdades capitalistas não radica aí, senão na desigual distribuição da riqueza acumulada pelo sistema produtivo, cuja origem é a exploração dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção nas mãos da classe capitalista. Por isso, o problema não pode ser resolvido nas suas margens: no momento da redistribuição” (PASTORINI, 2004, pág. 59).

que fica claro no primeiro que apresenta limites na sua compreensão referente à “questão social” e, em Rosanvallon por sua vez, por ser um liberal aparecem em seu livro propósitos conservadores e, principalmente, ideológicos compatíveis as necessidades neoliberais.

Portanto, pelo que foi exposto, discordamos das concepções tanto de Castel quanto de Rosanvallon sobre a “questão social”, pois como afirma Pastorini (2004) à “questão social” vai assumir expressões particulares dependendo das peculiaridades de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial, ou seja, o núcleo central da “questão social” no capitalismo permanece intimamente articulado ao conjunto de problemas relativos à produção de mercadorias e mais-valia, mas também a reprodução das relações capitalistas.

Desse modo, é necessário solucionar mais do que suas manifestações, deve-se superar o atual sistema capitalista de produção que apresenta em sua marca a contradição entre capital/trabalho, isto é, a base das expressões da “questão social”.

1.2) “Questão Social” concepções e suas expressões no debate do Serviço Social

Um dos debates teórico-conceituais mais atual do Serviço Social é com certeza o que se realiza em torno da “questão social”¹⁵, sendo este debate de grande relevância para a prática profissional, visto que a “questão social” é considerada por muitos o objeto de intervenção ¹⁶do (a) assistente social.

Isso fica claro nas propostas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social propostas pela ABESS em 1996, onde se apresenta como eixo central a “questão social” considerando-a o alicerce do Serviço Social na sociedade. Portanto, a “questão social” seria “o ponto de partida estruturador da discussão a ser feita pelos e nos currículos de Serviço Social” (ABESS, 1997 p. 18).

¹⁵ As aspas que utilizo ao me referir ao termo “questão social” são baseadas no meu entendimento sobre o pensamento de Netto (2001), onde ele enfatiza que este conceito surge no seio conservador.

¹⁶ Existe um debate acerca de a “questão social” ser ou não o objeto de intervenção do Serviço Social. Ao se tratar da “questão social” como objeto de intervenção do assistente social percebe-se que existe uma contradição entre o que diz as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social propostas pela ABESS em 1996 e o ponto de vista dos autores, visto que segundo as Diretrizes existe um consenso de que a “questão social” é o objeto de intervenção do assistente social e uma contraposição nas perspectivas dos autores, pois alguns afirmam que a “questão social” não é o objeto de intervenção rejeitando essa possibilidade.

A proposta curricular contida nas Diretrizes Gerais do curso coloca ainda a “questão social” como matéria prima do exercício profissional e a apresenta como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2011 p. 27), que se origina fundamentalmente na contradição que se estabelece na relação entre capital e trabalho, ou seja, onde se tem o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais e econômicas, sendo a “questão social” expressa através da precarização do trabalho, do desemprego, da pobreza, entre outros. Em outras palavras, como bem define Iamamoto, a “questão social” seria:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2011, pág. 27).

Segundo ainda a XXIX Convenção Nacional da ABESS, seria necessário desenvolver a compreensão da “questão social” “como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é ‘sua base de fundação histórico-social na realidade’, e que nesta qualidade, portanto deve constituir o eixo ordenador do currículo” (ABESS, 1997, p.20-21). Assim sendo, a formação profissional tem como finalidade capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da “questão social”.

Verificamos pois que no que comparece no âmbito das diretrizes é uma apropriação da “questão social” como a devida localização e relação com a base de sustentação da sociedade capitalista madura que é a exploração do trabalho, que nesse processo gera um fosso de desigualdades sociais. Constatamos, pois essa perspectiva crítica presente na obra de Iamamoto em seu artigo na Revista Temporalis nº 03, quando esta autora aborda o significado da “questão social” no âmbito da acumulação capitalista e os efeitos que produz no conjunto da classe trabalhadora.

A autora faz uma análise da “questão social” levando em consideração a análise de Karl Marx, mas deixa claro que essa expressão só surgiu por volta de 1830, mas que mesmo assim encontra-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista, visto que produz e reproduz suas condições materiais de existência e a forma social que se realiza.

Um debate muito importante para a compreensão do debate sobre o trabalho e a “questão social” na atualidade é o entendimento sobre a forma social da riqueza, ou

seja, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham¹⁷. Portanto, ao pensar o trabalho e a “questão social” na sociedade capitalista é preciso entender sua historicidade, isto é, a mercadoria como caráter predominante e determinante dos produtos, num movimento no qual o trabalhador vende sua força de trabalho e o seu trabalho vai adquirir determinação social de trabalho assalariado e a mais valia é a finalidade direta e a determinante da produção.

Outra análise fundamental que comparece articulada no pensamento da autora e que é de importância ímpar para a compreensão crítica do fenômeno é a categoria marxiana da lei geral da acumulação capitalista, onde “o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. [...] Expressa-se, na órbita capitalista as avessas” (IAMAMOTO, 2001, pág. 15), significando que a classe trabalhadora cresce mais rapidamente do que a necessidade do seu trabalho o que faz com que exista um aumento da miséria relativa em relação a acumulação do capital fazendo com que haja a produção e reprodução da “questão social”.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalho livre’, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, pág. 16-17).

Para Iamamoto o fenômeno “questão social” está diretamente articulado a acumulação capitalista e seu movimento, neste sentido, para a autora:

Presencia-se uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio – históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições (IAMAMOTO, 2001, pág. 18).

Verificamos pois que em Iamamoto o devido entendimento da “questão social” leva necessariamente a sua gênese na ordem burguesa e no seu movimento de produção coletivizada da riqueza e apropriação privada. Destacamos apenas que nesta autora, o Estado como um estado ampliado toma o mesmo como uma intermediação

¹⁷ Ler Iamamoto (2011).

indispensável, como objeto de disputa em torno do qual devem se movimentar as lutas pela defesa de direitos. Não queremos contudo dizer que existe politicismo no pensamento da autora, mas destacar que em outras percepções dentro do mesmo campo progressista, o Estado não ganha essa dimensão pois o mesmo deve ser estrategicamente utilizado para a sua própria supressão.

Em Netto, por exemplo, numa concepção extremamente afinada com Iamamoto, verificamos porém uma maior explicitação da necessária dimensão revolucionária de eclosão da ordem burguesa para a necessária superação da questão social. Isso fica evidente quando para Netto a “questão social” surge para dar conta do fenômeno da industrialização que teve como consequência o fenômeno do pauperismo. A designação desse pauperismo relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos.

Contudo, este conceito tende a assumir dentro do pensamento conservador uma funcionalidade na medida em que a “questão social” é convertida em ação moralizadora¹⁸ e o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve principalmente a propriedade privada dos meios de produção, sendo essas manifestações desvinculadas de qualquer medida que problematize a ordem econômico-social estabelecida, ou seja, trata de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa, ou seja, os processos de exploração que se desenvolvem amplamente sob sua égide e a necessidade que se instaura de suprimir a propriedade privada e a dominação de classe por meio da tomada de poder pela classe trabalhadora.

Dentro do debate profissional, porém, temos perspectivas que diferem das anteriormente apresentadas.

Pereira no artigo *questão social, serviço social e direitos de cidadania*, parte do pressuposto de que talvez não exista uma “nova questão social”, contudo localizamos aqui elementos diferenciadores dos dois autores anteriormente abordados.

¹⁸ “O pensamento positivista comteano explica e justifica ideologicamente a ordem social burguesa e uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento mora dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da ordem e da autoridade, aliado à idéia de uma ordem social naturalmente ‘harmônica’, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como ‘desordem’ que a educação moral pode superar. A articulação entre a ‘harmonia’ social e a ação moral tem como fundamento a valorização do altruísmo e da persuasão em busca da coesão social. [...] O aspecto ideológico conservador do pensamento positivista não está apenas na defesa da família nos moldes tradicionais, mas, principalmente, na defesa da propriedade privada, base de constituição da família e de preservação do papel da mulher.” (BARROCO, 2008, pág. 77-78)

Segundo a autora existe um debate contemporâneo acerca de uma “nova questão social”, bem como a necessidade de seu enfrentamento no marco das transformações da sociedade capitalista. Ela vai questionar a existência desse fenômeno deixando claro sua dúvida em relação ao termo ‘nova’, e ao emprego do substantivo ‘questão’ “para designar problemas e necessidades atuais [...] se impõe sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte das forças sociais estratégicas” (PEREIRA, 2001, pág.51).

A autora procura esclarecer o conceito de “questão social”, explicando que vai expressar a relação dialética entre estrutura e ação, sendo que nessa relação, “os sujeitos estrategicamente situados assumiram papéis políticos fundamentais para transformar necessidades sociais em questões,” (PEREIRA, 2001, pág. 51) para que elas fossem incluídas/incorporadas na agenda pública e nas arenas decisórias.

Verificamos, pois que aqui na definição de “questão social” apresentada pela autora, ainda que ela não faça coro com o debate de “nova questão social”, o entendimento de “questão social” está referido aos processos econômicos e ao reconhecimento político pelo Estado.

Segundo Sousa,

Existe a tendência a debater a “questão social” como de responsabilidade do estado, por meio das políticas sociais daí entende-se a “questão social” não como resultado da contradição entre capital e trabalho, que geram desigualdades, pobreza, etc. mas como o embate político determinado por essas contradições; (2010, p. 32).

Observamos essa questão quando Pereira questiona ainda sobre qual questão se está falando hoje, visto que os riscos e necessidades contemporâneos ainda precisam de eficaz problematização trazendo o questionamento se não estaríamos diante de uma questão latente que ainda não foi especificada perante “a posição desigual dos setores progressistas na atual correlação de força” (PEREIRA, 2001, pág. 51).

Afirma a existência de desafios atuais, que produzem efeitos devastadores, porém, o contexto é de fraca articulação de atores políticos estratégicos. Não que estes estejam apáticos, mas sem condições objetivas [...] para impor uma superestrutura que lhes seja favorável (PEREIRA, 2001, pág. 52). As forças sociais em seu entendimento fazem parte da essência do processo que ao mesmo tempo em que se enfraquecem, as mantém como oponentes.

Desse modo, a falta de forças sociais origina o que se tem hoje não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, sendo que para se explicar esse fato é preciso compreender os desafios das forças sociais progressistas.

A autora vai trazer ainda o caso do desemprego estrutural, onde seu estabelecimento está no centro de uma “mudança civilizacional” (PEREIRA, 2001, pág. 52), ou seja, rompe com uma civilização baseada em valores herdados do iluminismo e ingressa uma civilização, na qual esses valores são rejeitados e “o desemprego deixa de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo não prevê mais a incorporação de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo.” (CHAUÍ, 1999, pág. 29, apud PEREIRA, 2001). Como consequência existe um esvaziamento da sociedade salarial; dismantelamento dos direitos sociais; aumento da pobreza relativa e absoluta, entre outros.

Com essa mudança temos ainda a substituição de um perfil histórico de proteção social que possui como pilares o pleno emprego; políticas sociais universais; extensão dos direitos sociais caracterizado ainda com a plena ocupação com desemprego e com a insegurança social, sendo ambos crescentes. Nesse novo perfil os empregados e desempregados são responsáveis pela sua segurança social e de sua família (2001, pág. 53).

Além do desemprego estrutural, outros problemas estão ganhando destaque como a ameaça bélica, com o término da guerra fria; a deterioração do meio ambiente; o aprofundamento da desigualdade social; a globalização da pobreza; o acirramento do racismo e das lutas étnicas; o desmonte dos direitos sociais, entre outros.

Desse modo, apesar de existirem diversos problemas com impactos negativos, eles ainda não foram problematizados e convertidos em questões explícitas, portanto, “ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico” (PEREIRA, 2001, pág.53).

Assim sendo, a autora diz a partir do que foi mencionado no parágrafo anterior dos pressupostos e condições que considera indispensáveis a existência da “questão social” que seriam a relação entre estrutura e sujeitos que se revela a partir do confronto entre as necessidades e os atores sociais, sendo que para isso acontecer é preciso que

haja uma superestrutura que esteja minimamente favorável “que impescinda tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política. Mas, é justamente isso que está sendo desmantelado.” (PEREIRA, 2001, pág. 54).

Por esse motivo a autora diz que não considera os problemas atuais como traços da “questão social” capitalista, instituída na Europa do século XIX no marco da revolução industrial, mas sim como:

Produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. [...] a “questão social” não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção [...], mas de embate político, determinado por essas contradições (PEREIRA, 2001, pág. 54).

Pereira percebe também que para muitos assistentes sociais a “questão social” não está clara, pois ela é vista como uma representação das crises, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, entre outros, onde até mesmo a falta da participação social, que segundo a autora é um dos elementos chaves junto da conscientização da constituição da “questão social”, faz parte dessa visão genérica o faz com que existem sérios desafios epistemológicos para o Serviço Social, pois os profissionais têm na “questão social” o “seu foco privilegiado de interesse científico e político, e em não estando esse foco teoricamente definido, corre-se o risco de tomá-lo analiticamente como um fato inespecífico, caindo-se no relativismo ou de pensá-lo como um fenômeno espontâneo desfalcado de protagonismo político.” (PEREIRA, 2001, pág. 58).

Para melhor delimitar histórica e teoricamente a “questão social”, a autora expõe quatro grandes indagações a serem formuladas:

- 1) Qual a diferença entre a “questão social” e suas precondições constituintes criadas pelas contradições do sistema capitalista;
- 2) Qual a relação entre o fenômeno chamado “questão social”, ocorrido século XIX, e a chamada “nova questão social”, identificada a partir do final da década de 70 do século XX, na chamada revolução informacional;
- 3) Não seriam as precondições constituintes da “questão social” que estariam a exigir maior esforço cognitivo e ativo do Serviço Social para serem decifradas em busca de decisivos enfrentamentos? Tal indagação não remove o foco da

“questão social”, mas o enfoque estaria em suas latências que se perpetuam sem perturbações;

- 4) O fato dos assistentes sociais estarem utilizando a “questão social” de forma tão genérica a ponto de confundi-la com questões sociológicas ou questões teóricas.

As respostas a essas indagações vão pedir algumas considerações a respeito do termo “questão”, visto que o Serviço Social também adota questões para investigação e por causa disso nem sempre as “questões sociais” fazem parte de seus estudos, pesquisas, projetos de intervenção entre outros. Quando acrescida do adjetivo “social”, a palavra “questão” terá outro significado, pois indicará:

A existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos – dada a sua desigual posição na estrutura social – na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos (PEREIRA, 2001, pág. 59).

Segundo Pereira (2001), a “questão social” surgiu na Europa do século XIX com essa caracterização e em sua base estavam necessidades sociais acompanhadas de uma pauperização crescente da classe trabalhadora, sendo que essas necessidades uma vez problematizadas propiciaram a passagem do problema da pobreza antes considerado natural, em “questão social”. Por essa razão “a “questão social” é, de fato, particular e histórica.” (PEREIRA, 2001, pág. 59).

A “questão social” vai tornar-se, portanto, em um movimento consciente de reação das classes trabalhadoras a dominação capitalista.

O Serviço Social, deste modo, deve descobrir qual é a sua contribuição e como participar de sua problematização questionando-se, fazendo uma autocrítica e questionando o contexto em que atuam no exercício profissional.

Em Yazbek em seu artigo *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil* verificamos também essa centralidade da política social, ao mesmo tempo em que também constatamos que a autora não trabalha com o conceito de exploração, mas de exclusão social, sobre o qual problematizaremos mais a frente, retratando a análise da pobreza e da exclusão social como resultantes da “questão social” com o qual os profissionais do Serviço Social se defrontam cotidianamente.

Segunda a autora, ao colocar a “questão social” como uma referência para o exercício profissional está se colocando também a questão da divisão da sociedade em classes cuja apropriação da riqueza é diferenciada. Questão que vai assumir novas configurações entre as quais:

- 1) As transformações das relações de trabalho;
- 2) A perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores que veem seus direitos ameaçados.

Yazbek faz uma diferenciação entre pobreza, exclusão e subalternidade, onde a pobreza é um “fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” e a exclusão seria como “uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. É uma exclusão integrativa.” Enquanto que a subalternidade relaciona-se “a ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões.” (YAZBEK, 2001, pág. 34).

Yazbek assinala como “indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, expressando as relações vigentes na sociedade” (Yazbek, 2001, pág. 34). Isso significa que o foco da autora será nas suas resultantes que seriam a pobreza, a exclusão e a subalternidade, como mencionado acima que produzem e reproduzem as desigualdades. Portanto, para Yazbek a “questão social” se modifica, mas permanece a mesma por se tratar de uma dimensão estrutural, ela vai assumir novas configurações e expressões.

A violência pode ser considerada um fator da condição precária de vida, havendo uma banalização da pobreza e uma filantropização no lugar dos direitos sociais, sendo que os liberais entendem que é preciso haver uma ação humanitária de assistência aos pobres, desde que não se transforme em direito e/ou políticas públicas, portanto, as sequelas da “questão social” vão tornar-se parte de ações solidárias e de filantropia revisitada. Como consequência, a “questão social” passa a ser desqualificada como questão pública e política.

Portanto, é necessário que o assistente social em seu exercício profissional construa, reinvente mediações que sejam capazes de articular as classes trabalhadoras com o mundo do direito e da cidadania.

Num polo diferenciado (Cf. Sousa, 2010, *idem*) localizamos Arcoverde em seu artigo *Questão Social no Brasil e Serviço Social* cuja influencia do debate da “nova questão social” é visível. A autora discorre sobre o entendimento da “questão social” no Brasil e seus desdobramentos. Ela começa afirmando que a “questão social” vai assumir duplo sentido no qual vai abranger e corresponder o conjunto das contradições e conflitos levando em consideração o surgimento e desdobramentos do Serviço Social. A “questão social” passa a ser também um tema decorrente no Serviço Social e o objeto de intervenção do mesmo.

A autora utiliza-se da fala de Cerqueira Filho para analisar a “questão social” e explicar que com o surgimento da classe operária desencadeou um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos.

Para Cerqueira (apud, Arcoverde, 1999), o conflito capital/trabalho aparece no pensamento político de diversas formas e que a “questão social” como questão política é produzida por diferentes práticas sociais e com discursos contraditórios. A “questão social” vai aparecer no final do século XIX, no Brasil, mas aparece escondida em meio a um processo de industrialização sob um controle bem articulado de empresários vinculados ao capitalismo. Ela, a “questão social”, permaneceu por muitos anos na ilegalidade e apenas nos anos 30 ela deixa essa ilegalidade e passa a ser reconhecida no pensamento político, nesse caso liberais – democratas como questão de política.

Cerqueira (apud, Arcoverde, 1999), também afirma que a “questão social” brasileira atinge todos e setores e classes sociais o que a faz com que a mesma esteja ligada na organização do trabalho através da desigualdade social em suas mais variadas formas.

Os conteúdos das expressões assumidas pela “questão social” decorrem das variadas dimensões das relações de produção e reprodução social acompanhadas por uma concentração de poder e de riqueza nas mãos de classes e setores dominantes que produzem e generalizam a pobreza das classes dominadas. (ARCOVERDE, 1999, pág. 78)

Segunda Arcoverde, as desigualdades sociais produzidas não podem ser em si mesmas reconhecidas por “questão social”, mas somente quando são assumidas por setores da sociedade com o objetivo de enfrentá-las.

Depreende-se, portanto, que a questão social é construída e reconstruída nos marcos da determinação, da organização da sociedade de referência onde se encontram implicados [...] devendo ser considerada criticamente, seja para conferir continuidades, seja para provocar mudanças na e da própria sociedade (ARCOVERDE, 1999, pág. 78).

O Serviço Social tem sua gênese, portanto, na base da produção capitalista que produz e reproduz a “questão social” e através do seu exercício profissional buscam compreender as mediações que permeiam a “questão social” ao mesmo tempo em que procuram dar visibilidade as lutas presentes na realidade que muitas vezes estão ocultas.

As respostas às expressões da “questão social”, segundo Arcoverde, irão variar no âmbito estadual e municipal, onde as experiências do poder local “sinalizam uma democratização do Estado e socialização do poder, de traços mais universalizantes.” (ARCOVERDE, 1999, pág. 83)

Entretanto, Arcoverde afirma que deve haver uma parceria entre a sociedade civil e o Estado, mas que essa parceria como forma de gestão das respostas pública – privadas as expressões da “questão social” devem ser continuamente avaliadas de forma a evitar que as políticas sociais se tornem clientistas, focalizadas e privatizadas, sendo que as políticas públicas ou privadas, que responderão as manifestações da “questão social”, devem estabelecer um reordenamento e articulação entre os diversos sujeitos sociais.

Mesmo com estas diferenciações no debate e a introdução do debate em termos de “nova questão social” e a inserção do conceito de “exclusão social” os segmentos mais críticos dentro da profissão efetivam uma crítica a estas concepções. Iamamoto localiza que no debate profissional estas vertentes diferenciadas de fato estão presentes. Existem autores, conforme demonstrado anteriormente, que acreditam que exista uma “nova questão social”, sob o argumento de Rosanvallon de que teria ocorrido um rompimento com os antigos métodos de gestão e que a resposta a “questão social” passa pela canalização dos mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas e o Estado desenvolvendo programas que combatem a pobreza e a exclusão social, mas de forma focalizada e descentralizada.

A outra abordagem, segundo Iamamoto, conforme também evidenciamos, afirma que a “questão social” é expressão ampliada das desigualdades sociais, por ser parte constitutiva das relações capitalistas e que para o seu enfrentamento é necessário “a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento a responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias” (IAMAMOTO, 2001, pág. 10).

Pastorini também contribui na crítica a estas perspectivas em seu livro *A categoria “questão social” em debate*. Para a autora após a crise generalizada da economia capitalista mundial dos anos 70 e a capitulação política e ideológica da social – democracia, a dinâmica comandada pelo grande capital dá um importante giro. A reestruturação mundial do capitalismo foi acompanhada de uma ruptura do ‘compromisso social’ entre as classes capitalistas e os trabalhadores, sendo que o grande capital está agora agindo de forma crescentemente articulada, põe em marcha uma série de reajustes e transformações econômicas, políticas e sociais.

As mudanças ocorridas no mundo da produção e no mundo do trabalho são de máxima importância para compreender a “questão social” contemporânea e as respostas articuladas que busquem atender a suas manifestações, já que seria impossível explicar e analisar as manifestações da “questão social” hoje sem fazer referencia ao contexto mais abrangente da reestruturação produtiva.

Pastorini afirma que não se trata de uma “nova questão social”, uma vez que os traços essenciais da “questão social” estão vigentes. Ou seja, o núcleo central da “questão social” no capitalismo permanece intimamente articulado ao conjunto de problemas relativos à produção de mercadorias e mais-valia, mas também a reprodução das relações capitalistas. A “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial.

Portanto, apesar de existirem novos elementos que poderiam induzir a pensar em uma “nova questão social”, percebe-se é que existe uma nova forma de se manifestar a “questão social”, mas que ela continua a manter os traços essenciais e constitutivos da sua origem. Ou segundo Maranhão (2006), “as expressões da “questão social” não são estranhas nem novas para um sistema que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida”.

Aqueles que defendem a “nova questão social” partem da suposição de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a “questão social” que emergiu na primeira metade do século XIX.

Deste modo, conforme mencionado no item anterior, tanto Rosanvallon quanto Castel compreendem que os “invalidados” e os novos pobres e excluídos não remetem mais à antiga categoria de exploração. É nesse sentido que esses autores entendem que as transformações ocorridas indicariam a presença de uma ruptura com a antiga “questão social” que emergiu no século XIX e, portanto o surgimento de uma “nova questão social”.

Netto também é enfático quanto a não existência de uma “nova questão social” visto que para ele a “questão social” “ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o Modo de Produção Capitalista (MPC). Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital.” (Netto, 2011, pág. 149).

É nesse contexto que são registradas as diversas formas de expressão da “questão social” que implicam em: desemprego estrutural, aumento da pobreza, precarização do trabalho, entre outros, que provoca aumento da exclusão social.

De grande relevância e criticidade também são os argumentos desenvolvidos por Mota ao discorrer sobre a manifestação do debate sobre a “questão social” no Serviço Social brasileiro que data dos anos 80 do século XX. Segundo a autora, a emergência de discussões de acordo com teorias estabelecidas que abordem a relação Serviço Social e “questão social” e que tem como influência a obra *Relações Sociais e Serviço Social* no Brasil de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho, por historicizar e politizar a prática profissional através da concepção de sociedade historicamente construída e ao revelar a contraditoriedade da prática profissional demarcada por relações entre classes antagônicas, torna-se relevante a partir de 1995 com a aprovação na XXIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

No ano seguinte foi elaborado o texto Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional – novos subsídios para o debate que deixa claro a concepção de

“questão social” com base na crítica da Economia Política e a conceituaram como expressão da desigualdade social no capitalismo que oferece de forma multifacetada na e através da “questão social”.

De meados dos anos 40 até o início dos anos 70, a profissionalização do Serviço Social se dá por ações assistenciais herança da Igreja Católica. Em meados dos anos 70 e nos anos posteriores, o Serviço Social modifica os conteúdos e objetivos ao “identificar nas demandas populares as novas bases da sua legitimação [...] e se apoiar no referencial marxista” (MOTA, 2008, pág. 34) apesar de inicialmente de maneira problemática.

Essa construção foi o ponto de partida de uma cultura profissional de caráter progressista ou, na já referida expressão de Netto (1990), da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, cultura responsável pela reconceituação de alguns parâmetros e pressupostos que atingiram frontalmente todo o arsenal teórico – metodológico do Serviço Social conservador. Dentre os ganhos operados por essa cultura, destaca-se [...] a contestação do conceito de situação social problema como anomia ou desvio social, amparada pela concepção de questão social, já entendida como manifestação das desigualdades inerentes às relações capitalistas de produção. (MOTA, 2008, pág. 34-35)

Segundo Mota, a expressão “questão social” designa o processo de desigualdade social intrínseco à constituição da sociedade burguesa, onde sua gênese se dá ao surgimento do capitalismo e a pauperização dos trabalhadores expondo a contradição capital/trabalho.

Para Mota a “questão social”:

Apresenta-se como um problema real, a partir do qual pode ser transformada num objeto de conhecimento e intervenção, se decifrada com os aportes da teoria do valor – trabalho, pedra angular da dinâmica da acumulação capitalista. [...] por trás da extensão semântica do conteúdo da expressão questão social – que agora passa a recobrir as incontáveis emersões da desigualdade –, o que se articula é uma armadilha teórica e ideológica que, ademais de desistoricizar e descontextualizar a problemática que funda a existência real [...] da questão social, desloca o seu enfrentamento para o nível dos epifenômenos a ela conectados (MOTA, 2008, pág. 37 e 47).

Verifica-se, pois a ênfase da autora acerca do conhecimento sobre a origem, o desenvolvimento e os processos de reprodução da “questão social” que são essenciais para a formação profissional, principalmente porque as polêmicas da “questão social”

estão condicionadas a formação, mas não como uma teoria específica da “questão social”, mas sim como elemento que dá concretude ao Serviço Social.

[...] que a questão social deva ser situada como uma ‘problemática’ que, no universo temático do Serviço Social, designe um conjunto de questões reveladoras das condições sociais, econômicas e culturais em que vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista (MOTA, 2008, pág. 45).

A “questão social” e suas expressões possuem diversos significados no debate profissional, como sinônimo, por exemplo, de exclusão social, entre outros e é necessária uma atualização no que diz respeito ao seu significado histórico. Portanto, segundo Mota o conjunto de abordagens da “questão social” é responsável pelo seu modo de enfrentamento e que “espraia” no Serviço Social como possibilidade de tratamento teórico e de enfrentamento da “questão social” dando importância à reforma social e moral pela burguesia. “É nessa encruzilhada que se encontra a relação entre “questão social” e Serviço Social” (MOTA, 2008, pág. 51).

Por essa razão deve haver um debate mais amplo entre os profissionais do Serviço Social para articularem a “questão social” com o projeto ético – político da profissão.

Tratando exclusivamente da “questão social” como objeto do Serviço Social, são muitas as discordâncias entre os autores. Alguns defendem que a profissão não possui objeto próprio, sendo que para Iamamoto o Serviço Social possui sim um objeto específico:

O objeto de trabalho (...) é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 62).

Portanto, Iamamoto afirma que o assistente social irá trabalhar diretamente com as expressões da “questão social” em suas diversas expressões, sendo essa “questão social” a matéria prima e a prática profissional uma especialização do trabalho, ou seja, o Serviço Social participa de um processo de trabalho.

Seguindo esse raciocínio Yazbek também afirma que a “questão Social” “é a matéria – prima e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão

sócio – técnica do trabalho e na construção/ atribuição da identidade da profissão” (YAZBEK, 1999, p. 91).

Guerra também defende essa teoria ao destacar que o Serviço Social como profissão surge com o agravamento das expressões da “questão social”:

O Serviço Social sendo um trabalho, e como tal de natureza não liberal, tem nas questões sociais a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entidades de cunho filantrópico (GUERRA, 2000, pág.18).

Dessa forma, a “questão social” passa a ser compreendida como a base de fundação sócio-histórica e o objeto de intervenção do Serviço Social, num universo polêmico, pois polêmico é o entendimento de que a superação da “questão social” implica necessariamente na superação do modo de produção que a engendra.

Neste sentido, expomos ao longo desse capítulo, visões e argumentos diferentes sobre a “questão social” e suas expressões. Entretanto, existe um debate particular sobre a existência ou não de uma “nova questão social” e formas de enfrentá-las. Apesar dos argumentos de autores como Castel e Rosanvallon, que como observado possuem influência no debate profissional, no nosso trabalho não desenvolveremos nossa argumentação em torno de uma “nova questão social”, visto que apesar das transformações ocorridas no modo de produção capitalista contemporâneo tendo como consequência o aumento da desigualdade compreendemos que os traços essenciais desse sistema ainda estão em vigentes porque não foram superados, mas assumiram expressões particulares no âmbito do capitalismo mundial, e, dessa forma, a exploração exponenciada ainda vigora como elemento de sustentação dessa ordem e suas bárbaras implicações para a vida de homens e mulheres.

CAPÍTULO II:

**“Questão Social”: objeto de intervenção do trabalho
profissional do Assistente Social.**

2.1) “Questão Social” e formação social brasileira: novas roupagens para velhos problemas.

Buscaremos identificar neste capítulo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo de tipo periférico e sua marca na formação social brasileira e conseqüentemente as bases para o surgimento da “questão social” posta a partir deste quadro e as especificidades do surgimento do Serviço Social brasileiro.

Segundo Fernandes (apud, Behring, 2003), a transição não-clássica¹⁹, para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro será marcado por três fases:

- 1) Eclosão do mercado capitalista especificamente moderno, que iria da abertura de portos até meados dos anos 1860;
- 2) Formação e expansão do capitalismo competitivo, no qual existe uma diferenciação no sistema econômico;
- 3) Irrupção do capitalismo monopolista que é marcada pelas operações comerciais, financeiras e industriais das grandes corporações do país que se acentuará e adquire caráter estrutural após o golpe de 1964.

A partir da segunda fase, o mercado capitalista se torna mais consolidado, entretanto, a economia brasileira deixa de ser totalmente autônoma para se adaptar aos mecanismos das economias centrais.

Segundo o autor Prado Jr. (apud, Behring, 2003), a adaptação do Brasil ao capitalismo se dá a partir da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas unidades agrárias e conservação de alguns elementos da ordem anterior, entretanto o que se adaptou ao capitalismo não foi o feudalismo nem a servidão, mas a exploração que é voltada para o mercado externo. Ou seja, houve uma modernização conservadora que ao invés de romper com o setor agroexportador construiu a industrialização junto com ele.

Essa “modernização conservadora” articula o progresso ao mesmo tempo em que confere um ritmo lento às transformações de modo que o novo aparece como um desdobramento do velho. Ela permite compreender de que forma é a incorporação das

¹⁹ Esta via não clássica que foi tratada pelos intelectuais marxistas em contextos sociais diversos, mas que possui uma movimentação similar e será discutida por Fernandes como transição não clássica no caso do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

relações arcaicas nos setores de ponta da economia, ou seja, em sua reprodução ampliada. Com ela também é possível verificar a aliança do capital financeiro com o Estado nacional que faz com que as desigualdades agravam-se, além de manter as conquistas sociais e políticas defasadas.

Nestes termos, Coutinho (apud, Behring, 2003), propõe relacionar o conceito de “revolução passiva” ao de “modernização conservadora” e também trazer o conceito de Estado ampliado, para pensar o Brasil como uma formação social de tipo ocidental. Em relação à “revolução passiva”, o autor apontará elementos que faz com que o país se torne industrial moderno, urbano e complexo. Outro conceito importante é o de “via prussiana”, ²⁰ mencionado acima, o qual se detém prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo. Nesse sentido, segundo Coutinho, a ideia de “revolução passiva” complementa a ideia de “via prussiana”, isto é, Coutinho integra a ideia de “via prussiana” ao de “revolução passiva” para fazer uma análise da estrutura agrária.

Ou segundo o autor:

[...] esta indica a prática restauradora das classes dominantes, que, ao se defrontarem com pressões populares carentes de iniciativa de articulação unitária, introduzem mudanças reais. [...] a revolução passiva inclui um vetor de ‘restauração’ – por ser uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação de ‘baixo para cima’ – e outro vetor de ‘renovação’ – uma vez que várias demandas populares são incorporadas e implementadas pelos antigos grupos dominantes (COUTINHO, 1989, pág.122, apud, IAMAMOTO, 2011, pág. 134).

O conceito de “revolução passiva”, portanto é de suma importância para a compreensão da interpretação de momentos decisivos da formação social brasileira.

Segundo ainda Coutinho (1989, pág. 120-121) o conceito de “revolução passiva” constitui-se em instrumento para compreender a “revolução burguesa” no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e também como elemento para a constituição democrática. Já na “via prussiana” as transformações ocorridas na formação social brasileira não foram resultados de movimentos de baixo para cima,

²⁰ É preciso esclarecer que Marx e Engels - onde esta formulação está presente apesar de não nestes termos - tratarão da entificação tardia do capitalismo na Alemanha intitulando o Fenômeno de “Miséria Alemã”. Posteriormente Lenin ao pensar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia vai formular a idéia de “via prussiana” onde o latifúndio feudal é paulatinamente convertido em empresa burguesa, um processo lento e de resultados catastróficos para o campesinato. Este debate também aparece no contexto do processo particular de evolução do capitalismo, neste caso centrado no processo de unificação italiano, o chamado Risorgimento, este movimento tardio Gramsci dá o nome de “revolução passiva”.

envolvendo o conjunto da população; mas a partir da combinação que se expressava sob a figura política de reformas “pelo alto”.

Ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas a transição para o capitalismo encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 1999, pág.196).

É nesse sentido que “via prussiana” — tal como Lênin a formula — apresenta a questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Entretanto, esse conceito de “via prussiana” não é suficiente para a compreensão das características superestruturais que acompanham essa modalidade de transição, visto que se concentra principalmente em seus aspectos infraestruturais. Logo a “revolução passiva” enfatizará o momento superestrutural em particular o momento político e por essa razão é importante articular o conceito de “via prussiana” com a noção gramsciana de “revolução passiva”.

Também Sousa (2010) entende que o conceito gramsciano de “revolução passiva”, aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento acerca do fortalecimento do Estado em favor das classes dominantes como desenvolvimento histórico que exclui as classes trabalhadoras desse processo, sendo que, a modernização capitalista brasileira foi implementada pelo Estado e, portanto não houve uma “revolução burguesa”.

A propriedade latifundiária transformou-se em empresa agrária e o capital estrangeiro acelerou o processo de industrialização e os trabalhadores não participaram desse processo, visto que não existiu uma burguesia revolucionária no País. Entretanto, em fases de transição dos modos de produção capitalista as elites buscavam alianças para continuar no poder e, portanto para fazer uma revolução passiva.

Dessa forma, a leitura gramsciana sobre a “revolução passiva” é fundamental para o entendimento do papel do Estado brasileiro no desenvolvimento econômico, político e social.

Um trabalho que aprofunda e reforça a questão da “via prussiana” apreendida por Lênin é o de Alberto Passos Guimarães (2008) onde o autor a considera a pior das

opções básicas para o desenvolvimento das forças produtivas no período de transição de uma economia pré – industrial para uma economia definida por formas sociais e relações econômicas capitalistas avançadas.

Já para Florestan Fernandes, (apud, Behring, 2003) o processo brasileiro foi impulsionado a partir da criação do Estado nacional que é marcado pela ausência dos direitos dos cidadãos por parte da elite, sendo que existem “componentes conservadores, com propósitos de preservar uma ordem social sem condições materiais e morais para engendrar uma verdadeira autonomia, fundamental para a construção da nação.” (BEHRING, 2003, pág. 91). Portanto, para esse autor a expansão do capitalismo não foi uma escolha, visto que ele procedia de uma posição do Brasil na economia internacional e que gerava uma economia de mercado com novos padrões de consumo e tendo no trabalho escravo a influencia na constituição da força de trabalho livre com os traços da subserviência como marca da particularidade da relação do capital e do trabalho no Brasil.

A entrada brasileira no capitalismo também se dará por um processo de transição dependente do mercado mundial e da adaptação do sistema colonial aos novos tempos, sendo que a “estrutura colonial revelou plasticidade nesse processo de adaptação, mas pouca elasticidade e até rigidez na absorção do novo.” (FERNANDES apud, BEHRING, 2003, pág.).

Cerqueira Filho (1982), procura retratar como o pensamento político influência a “questão social”, além de tentar compreender como a “questão social” se coloca como um problema a partir da formação social brasileira. Portanto, o autor analisará o pensamento político brasileiro referente à “questão social”, até então entendida como o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos de uma dada sociedade, afirmando que a sua emergência data do surgimento da classe operária que atribuiu ao mundo moderno, no curso da constituição da sociedade capitalista, um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos.

Para ele o conflito entre capital/trabalho assume diferentes formas, sendo que como questão política, a “questão social” passa a ser produzida por práticas sociais e discursos contraditórios. Assegura ainda, que o consenso existente em torno do pensamento e da prática hegemônica é irreal tendo em vista o caráter antagônico da estrutura social e econômica.

A “questão social” torna-se, portanto, visível no Brasil com o processo de industrialização e implantação do modo de produção capitalista e como mencionado acima com a emergência da classe operária, sendo que esse processo só adquire caráter dinâmico a partir de 1930.

Dessa forma, o autor argumenta que:

A “questão social” aparece como um problema concreto no Brasil e, de resto, no mundo, no quadro do processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista e do surgimento do operariado e da fração industrial da burguesia (CERQUEIRA FILHO, 1982, pág. 57).

Cerqueira Filho afirma que em seu entendimento a economia industrial brasileira surgiu em torno de uma complexa de relação mercantil em dissolução e isto marcou a ação do empresariado tanto quanto a organização da empresa e o comportamento do operariado e que em seus primórdios, essa industrialização não está exclusivamente ligada à substituição de importações, mas nas relações entre importadores e consumidores, sendo esses importadores vinculados ao capital internacional.

A constituição do capitalismo industrial brasileiro foi marcado de forma tensa e contraditória onde existe uma forte herança sócio – cultural condicionada pelo trabalho escravo. A “questão social” surge, portanto a partir de uma relação bem construída entre importadores e empresários como expressão concreta da relação capital/trabalho no interior do processo de industrialização capitalista. Com o padrão de substituição de importações e o surgimento de novas contradições, que não se revelavam antagônicas ao longo do processo histórico, mas que permitiram a abertura de fendas nas relações entre importadores e empresários industriais, a “questão social” como expressão dessas contradições começou a ganhar maior dimensão graças ao número cada vez maior de operários que se encarregavam de conferir ao problema sua extensão enquanto a classe dominante tentava oprimi-la.

A “questão social”, portanto, antes de 1930 não aparecia no discurso dominante a não ser como fato excepcional, isso porque ela não possuía condições de se impor no pensamento dominante. Já na primeira república das oligarquias agrárias o pensamento predominante era de que a “questão social” é um caso de polícia e que deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado.

Já a corrente político – ideológico positivista marcará o pensar, o agir, não apenas das elites no Brasil, mas de toda a formação social brasileira, sendo a “questão social” tratada no interior desse pensamento, preservando o fundamental do modo de produção capitalista, ou seja, a contradição entre o capital/trabalho. Assim sendo, no Brasil a principal questão para o positivismo é como combinar a descentralização política com o autoritarismo, sendo que a “questão social” se conservará como questão marginal com respostas prontas e fórmulas feitas.

Após 1930, a “questão social” passará a ser tratada pelo governo Vargas como uma problemática nova que será tratada por novos aparelhos de Estado e será reconhecida como legítima. E após essa data será culminada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e a nova sistemática sindical demonstra que a “questão social” se transformara em questão política e não podia resumi-la como “caso de polícia”. Logo, com o reconhecimento da “questão social”, está implícito o reconhecimento da classe operária.

Já Lindolfo Collor (apud, Cerqueira Filho, 1982), afirma que ao reconhecer a “questão social” o discurso político legitima os conflitos sociais incluindo-os como elementos da sociedade capitalista. Assim sendo, conclui que existe um novo enquadramento da “questão social” no Brasil, sendo que esse enquadramento, apesar de estar fora dos limites clássicos do liberalismo, recorrerá aos valores e expressões liberais para explicar a intervenção do Estado no domínio da relação capital/trabalho.

Apesar das resistências, o fato é que a “questão social” se inscrevia agora no pensamento dominante como uma questão cada vez mais legítima. [...] Mas, se por um lado, a “questão social” se legitimava como questão, o que a legitimava era exatamente a intervenção do Estado (CERQUEIRA FILHO, 1982, pág. 80).

A partir de 1937, a “questão social” voltará a ser tratada como caso de polícia, mas haverá uma diferença primordial, visto que em 1930 a “questão social” era tratada como uma questão ilegal, não era legitimada pelas classes dominantes, já a de 1937, apesar de ser tratada novamente como caso de polícia ela não voltará a ser uma questão ilegal.

Para compreender melhor é necessário entender que a estrutura social brasileira a partir de 1937 até 1945 terá a intervenção de Estado autoritário, para conter movimentos democráticos, sendo o principal instrumento de aglutinação de forças políticas que mais a frente dariam na consolidação da acumulação capitalista no Brasil.

Estado esse que se mostra contraditório, pois ao mesmo tempo em que apoia o processo de industrialização capitalista que gera os conflitos entre capital/trabalho, ele circunscreve tal questão no círculo de repressão que ele mesmo desencadeia.

Com a elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, que possuía como uma das finalidades o fim do sindicalismo autônomo e mesmo do movimento operário, tal política incluía medidas como o Salário Mínimo, a jornada de oito horas de trabalho, férias remuneradas, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, entre outros, que apesar de registrar efetiva melhora no tratamento da “questão social” também apontam para a intervenção do Estado no movimento sindical, isto quer dizer que apesar de beneficiar a classe operária, combinará estes benefícios com um “controle rígido e eficaz das organizações trabalhistas e operárias.” (CERQUEIRA FILHO, 1982, pág. 109). Neste sentido, o discurso político sobre a “questão social” no período do Estado Novo precisa ser compreendido no interior do pensamento político basicamente autoritário.

É importante mencionar que ao mesmo tempo em que o Estado reprime na prática o movimento sindicalista, a legislação social se encarrega de restringir as demandas políticas dos trabalhadores e desse modo legitima a “questão social”.

Portanto, o discurso político dominante sobre a “questão social” é o discurso político do capital, adaptado às condições conjunturais da formação histórica brasileira; vale dizer, calcado no autoritarismo e na conciliação, isto é, no paternalismo. Aliás, em nenhum momento o discurso político dominante perde o seu caráter elitista, autoritário, presente de forma específica na formação social brasileira, aliado a uma interpretação fundada no sistema favor (CERQUEIRA FILHO, 1982, pág. 119).

Outra análise fundamental que retrata a influência do capitalismo na formação social brasileira e consequentemente na “questão social” é a da autora Iamamoto (2010), onde ela afirma que o aparecimento da “questão social” está diretamente ligado a generalização do trabalho livre em uma sociedade onde a escravidão ainda faz parte de um passado recente, sendo que se destaca o longo processo de transição, através do qual se forma um mercado de trabalho em moldes capitalistas, em especial ao momento em que a constituição desse mercado está em amadurecimento nos principais centros urbanos. Iamamoto alega que o momento que interessa é no qual o capital já ‘se liberou’ do custo de reprodução da força de trabalho, limitando-se a procurar, no mercado, a força de trabalho tornada mercadoria, sendo que sua reprodução apenas é possível

enquanto elemento de uma classe social que luta para garantir e ampliar suas condições de existência.

A exploração do trabalho e a constante luta defensiva dos operários faz com que a sociedade burguesa os veja como ameaça impondo desse modo o controle social da exploração da força de trabalho seja feito pelo Estado, através de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho.

As Leis Sociais aparecem, portanto, para responder aos movimentos sociais que lutam por uma cidadania social. Esses movimentos refletem e são elementos dinâmicos das profundas transformações da sociedade, quando da consolidação de um pólo industrial, pois colocam os problemas e exigem modificação na composição de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais.

Portanto, para Iamamoto:

O desdobramento da “questão social” é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO, CARVALHO, 2010, pág. 126).

Sendo assim, com o aprofundamento do capitalismo na formação econômico – social determinado por circunstâncias históricas fazem com que a “questão social” seja colocada em primeiro plano, ou seja, com que ela seja o centro das contradições que atravessam a sociedade constituindo-se, essencialmente, da contradição entre burguesia e proletariado.

Segundo ainda Iamamoto, o histórico das condições de existência do proletariado industrial mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente, visto que os salários são insuficientes para a sua subsistência; o preço da força de trabalho é constantemente pressionado para baixo devido ao exército industrial de reserva, sendo que para enfrentar estas condições de trabalho, o operariado se organiza em uma luta centrada na defesa de direitos, como por exemplo, na duração da jornada de trabalho entre outros.

No período de 1917 a 1920 a combatividade das manifestações de inconformismo aponta, para a sociedade burguesa, a presença ameaçadora de um proletariado sendo que somente em 1919 é implantada a primeira medida ampla de

legislação social, responsabilizando as empresas pelos acidentes de trabalho, porém, não representará uma mudança significativa na situação dos trabalhadores. Já na década de 1920, são aprovadas leis que abrem caminho à intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho e leis que cobrem uma parcela chamada ‘proteção ao trabalho’, férias, acidente de trabalho, seguro-doença entre outros.

Entretanto, apesar da dominação da burguesia implicar na organização do proletariado, também significará a sua desorganização enquanto classe, visto que é necessário instituir mecanismos de integração e controle. A classe operária, apesar de seu progressivo adensamento, permanece sendo uma minoria estando social e politicamente isolada, pois o movimento não consegue estabelecer laços politicamente válidos com outros segmentos da sociedade que constituem a maioria da população.

A preocupação do empresariado com o social aparece apenas a partir da desagregação do Estado Novo e término da Segunda Guerra Mundial e representa uma adaptação a nova fase de aprofundamento do capitalismo.

É importante compreender como a necessidade social transforma-se em política e a partir disso analisar como e quem coloca essa problemática nas agendas dos governos e quem são os sujeitos coletivos, principalmente porque parece que se trata de um movimento natural ou então como um conjunto de práticas institucionais que pouco ou nada tem a ver com sujeitos políticos, mobilizados, entre outros com as classes sociais e a sociabilização da política conquistada pelas classes trabalhadoras, perdendo desse modo, a possibilidade de analisar a “questão social” como uma questão política, econômica, social e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes e setores de classes, inserida no contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia.

Desse modo, para pensar historicamente a “questão social” é necessário romper com as constatações vazias, é preciso pensar que o desenvolvimento histórico é um processo contraditório e não linear.

Portanto, é preciso desvendar os traços constitutivos da “questão social” para poder realmente diferenciar e compreender em que consiste a novidade da “questão social”. É verdade que existem novos elementos e novos indicadores sociais que poderiam nos levar a pensar que se trata de uma “nova questão social”, mas partimos da suposição de que se trata de novas expressões da mesma “questão social”,

entendendo que os traços essenciais da sua origem ainda têm vigência porque não foram superados.

Assim sendo, Pastorini afirma que a “questão social” no capitalismo permanece intimamente articulada ao conjunto de problemas relativos à produção de mercadorias e mais-valia, mas também a reprodução das relações capitalistas e que a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial.

2.2) A centralidade das expressões da “questão social” no trabalho profissional.

Como mencionado ao longo deste trabalho a “questão social” é a base de fundamento do Serviço Social, que segundo Iamamoto (2011), em seu exercício profissional trabalham com as diferentes expressões da “questão social”.

O Serviço Social surge na sociedade capitalista brasileira no contexto histórico – social da década de 1930, em um momento característico da sociedade capitalista, ou segundo Netto, “as conexões genéticas do Serviço Social profissional [...] entretece com [...] as peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.” (NETTO, 1992, pág.14)

A implantação do Serviço Social se dá, portanto, no decorrer de um processo histórico onde a “questão social” vai assumir a partir dos laços de solidariedade política e ideológica dos proletariados a base para a “construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2010, 127) Também surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam por intermédio da Igreja Católica. Enquanto as Leis Sociais são resultantes da pressão do operariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, a legitimação do Serviço Social é posta a partir da demanda social que historicamente a legitima. É preciso analisar, portanto o posicionamento e as ações assumidas e desenvolvidas pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses na sociedade, permitindo apreender o sentido histórico do Serviço Social.

Iamamoto assegura que dentre os diferentes aspectos da prática social do empresariado durante o período de 1920 a 1930, destacam-se dois elementos relacionados com a implantação e desenvolvimento do Serviço Social:

- 1) Crítica do empresariado a inexistência de mecanismos de socialização do proletariado, ou seja, da inexistência de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril;
- 2) O conteúdo diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa.

Iamamoto afirma ainda que após os grandes movimentos sociais, a “questão social” é colocada definitivamente para a sociedade, sendo possível considerar que a partir do primeiro pós-guerra surgem as protoformas do Serviço Social no Brasil. Entretanto, para se reconhecer legitimamente o surgimento do Serviço Social é preciso compreender que se na década de 1920 seu desenvolvimento foi moderado, na década seguinte haverá uma aceleração graças à mobilização da Igreja Católica que faz com que o Serviço Social seja considerado “como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2010, pág. 140)

Nesse sentido, é necessário analisar a posição da Igreja frente à “questão social” considerando-a uma Instituição social de caráter religioso, como também o seu engajamento na dinâmica dos antagonismos de classe da sociedade na qual está inserida.

A Igreja Católica ao perder sua ampla hegemonia, reagirá para recuperar seus privilégios. Essa reação terá por base métodos organizativos e disciplinares e a constituição de poderosas organizações de massa que tendem ao controle e enquadramento da população católica.

A partir da segunda metade da República Velha, a Igreja iniciará um processo de reformulação de sua atividade política religiosa visando à recuperação dos privilégios perdidos com o fim do Império. Esse movimento condensa-se no início da década de 1920 e acontecia ao mesmo tempo em que outras manifestações como o do padre Júlio Maria que tomando por base as diretrizes de Leão XIII, exige que a Igreja assuma a “questão social”.

Na década de 20, a revista “A Ordem” e o Centro Dom Vital serão os principais aparatos de mobilização do laicato, que procuram recrutar uma “aristocracia intelectual” capaz de combater política e ideologicamente manifestações que Igreja considere perigosas para seu domínio. A “questão social” desse modo fica relegada a segundo plano e a análise sobre a situação do proletariado será de constatação das penosas condições de trabalho e de uma crítica moralista. E, ao findar-se a República Velha, é cada vez maior a identidade entre a Igreja e Estado o que faz com que a Igreja Católica se negue a reconhecer a “questão social”.

Com o movimento de 1930, será iniciado um novo período de mobilização do movimento católico laico, pois serão criadas as condições para que a Igreja Católica possa intervir de forma mais ampla nas dinâmicas sociais.

A Igreja Católica e o Estado através de projetos corporativos estabelecem mecanismos de influência e de controle na sociedade civil, onde a Igreja se lança a mobilização da opinião pública católica e à reorganização do laicato, por meio de um projeto de cristianização de ordem burguesa valendo-se da adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e do *Quadragesimo Anno*, de programas e respostas aos problemas sociais via uma visão cristã corporativa de harmonia e progresso da sociedade.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2011, pág. 28).

Por essa razão é necessário para o profissional do Serviço Social decifrar as novas mediações por meio do qual a “questão social” se expressa em duas perspectivas:

- 1) Para entender as diversas expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais;
- 2) Para projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida.

Um aspecto importante para Iamamoto é o contexto no qual o Serviço Social se insere hoje, isto é, as novas bases de produção da “questão social”. É necessário repensar atualmente a “questão social”, pois houve uma transformação nas bases de produção, visto que do pós-guerra até meados dos anos 1970 houve expansão da economia capitalista com modelos de produção taylorista/ fordista que procuravam uma

produção em série e massa para o consumo massivo com a constituição do chamado ‘operário massa’. Para conseguir alcançar essa meta era necessário impulsionar a expansão do emprego, mas para isso foi preciso que o Estado por meio de políticas sociais públicas viabilizasse salários indiretos que fariam com que a população consumisse os produtos ofertados e como consequência haveria uma dinamização da produção econômica e a partir desse padrão de desenvolvimento foi possível avançar em relação a conquistas no campo de bem-estar social.

A crise desse padrão de acumulação acontece em meados da década de 1970 quando a economia mundial apresenta sinais de estagnação, e existe uma mudança na distribuição do poder. Como consequência haverá uma flexibilidade no processo e mercado de trabalho o que acarreta uma desregulamentação dos direitos do trabalho, onde a partir da chamada terceirização passa há um aumento da precarização das relações de trabalho, redução dos direitos sociais, flexibilização dos padrões de consumo, entre outros que afetarão as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

É nesse contexto que surgirá o trabalhador polivalente ²¹que deixa de ser um trabalhador especializado para exercer diversas tarefas que não estariam envolvidas em suas tradicionais atribuições.

Segundo Iamamoto, vive-se hoje uma exponenciação da industrialização dada fundamentalmente pelo desenvolvimento tecnológico que acompanha profundas mudanças que ocasionam uma ampla “expulsão” da classe trabalhadora de seus postos de trabalho e faz com que haja os “desnecessários”. Essa, portanto é a raiz de uma “nova pobreza” de vastos segmentos da população “cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho.”

No Brasil, a insegurança do trabalho pode ser considerada mais grave do que outros países, visto que ao desemprego está associado o desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, o trabalho escravo entre outros que passa a assumir certa ‘máscara de modernidade’ que possui como consequência reforçar os traços históricos persistentes da formação social.

²¹ Segundo Iamamoto, o trabalhador polivalente é aquele chamado a exercer diversas funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário.

Portanto, a cidadania não se construiu historicamente no Brasil, pois o que se estabeleceu foram relações de favor que atravessará a formação social brasileira e em conjunto com os ‘efeitos modernos’ haverá um alargamento dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos fazendo com que o Estado se torne um instrumento das classes dominantes. Entretanto, é importante mencionar que essa chamada “modernidade” possui cunho conservador e atrasado na sociedade brasileira. Isso significa dizer que o moderno se constrói a partir do arcaico, ou seja, atualiza problemas como, por exemplo, a desigualdade transformando-as no contexto da mundialização²². Ou ainda que os interesses referentes à propriedade fundiária sejam resguardados, sem impedir à modernização capitalista, dando formato à modernidade arcaica no Brasil.

Por essa razão Iamamoto afirma que:

Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente radicalizando-as (IAMAMOTO, 2011, pág. 37).

A autora ainda diz que com as alterações no padrão de acumulação capitalista sob a hegemonia do capital financeiro verificam-se intensas transformações na esfera da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros entre outros, transformando as relações entre Estado e sociedade civil, sendo que esses processos introduzem novas mediações históricas na origem e expressões da “questão social”, igualmente como nas formas de seu enfrentamento e também afetam o Serviço Social como uma das especializações do trabalho na sociedade.

Este capital financeiro ao assumir o comando do processo de acumulação e influenciar a economia, a sociedade, a política e a cultura, promoverá um retrocesso na prevalência do neoliberalismo em favor da economia política do capital. Ou como Iamamoto afirma:

O fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que atuam mediante o efetivo respaldo dos Estados nacionais sob a orientação dos organismos internacionais,

²² Isso significa que haverá uma recriação dos principais elementos de nossa herança colonial, mas ao mesmo tempo uma atualização e transformação das mesmas.

porta-vozes do grande capital financeiro e das grandes potências internacionais. (IAMAMOTO, 2011, pág. 109)

Uma das consequências dessa nova estrutura da economia mundial é a desregulamentação que invade aos poucos o mercado de trabalho e que se contrapõe as manifestações da superprodução que prossegue ao longo dos anos 90, sendo que essa superprodução expressa o conflito entre a produção e a distribuição da riqueza.

Sob o comando do capital financeiro, ainda existe uma intensificação do trabalho, ‘flexibilização’ referente às formas de remuneração e, portanto, o peso recairá sobre os trabalhadores refletindo o aumento do desemprego estrutural, precarização do mundo do trabalho e do retrocesso tanto dos direitos trabalhistas como do poder sindical.

Diferentemente dos países europeus, na formação social brasileira prevaleceram as relações de favor e dependência que aliada aos efeitos modernos do grande capital decorreram uma diminuição dos espaços públicos e uma ampliação dos espaços privados, fazendo com que haja uma redução das obrigações do Estado²³ e suas responsabilidades incida para a sociedade civil. Esse fenômeno terá ampla repercussão no trabalho cotidiano dos (as) assistentes sociais, principalmente porque aumentará as necessidades não atendidas da maior parte da sociedade – aquelas que possuem poucos recursos financeiros – e não haverá recursos suficientes para as políticas sociais que acarretará a focalização de programas e políticas que deveriam ser universais, portanto, a “questão social” poderá se manifestar em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate a fome” como, por exemplo, o Bolsa Família.

A “questão social”, além disso, pode assumir novas roupagens dependendo da época em que se encontra e para conseguir dar conta da “questão social” atualmente é preciso decifrar as desigualdades sociais em suas diferentes formas e sendo a “questão social” o objeto de intervenção e a base de fundamentação do Serviço Social é importante perceber que hoje um de seus aspectos fundamentais é o desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho.

²³ Um dado importante é o papel do Estado que surge para sustentar a estrutura das classes e as relações de produção possuindo como uma de suas diversas funções a repressão das classes dominadas através de “seu braço repressivo”, sendo desempenhadas ações coercitivas exercidas segundo a análise gramsciana pela ideologia, sendo esse Estado o instrumento econômico privado da classe dominante. (Althusser, 1985)

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto às dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2011, pág. 156).

Pode-se perceber também que a “questão social” passa a assumir um novo perfil através de políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e empresas multinacionais que ocasiona uma (re) configuração da mesma na contemporaneidade, visto que ela deixa de ser apenas expressões da pobreza, da exclusão, da miséria entre outros e passa a desvalorizar e a banalizar a vida humana, isso significa dizer que a sociabilidade humana deixa de ser importante e passa a ser subordinada ao poder das coisas, isto é, ao dinheiro e a mercadoria. Haverá também uma naturalização das desigualdades sociais, que são na realidade historicamente produzidas.

Por tudo descrito neste capítulo é importante que o (a) assistente social reflita sobre seu exercício profissional nesse cenário contemporâneo para que o possibilite a identificação das expressões da “questão social” na vida cotidiana e daí em diante possa encontrar formas para enfrentá-las. É necessário que o profissional se qualifique para que possa compreender suas particularidades, principalmente porque o (a) assistente social está diretamente em contato direto com suas expressões.

[...] como categoria, lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestações das desigualdades e da exclusão sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2011, pág. 40).

Os (as) assistentes sociais devem também tomar cuidado para não correr no risco de atribuir ao usuário de sua ação toda a responsabilidade pelas dificuldades vividas distanciando-se da dimensão da coletividade. O profissional deve sempre tentar ter uma visão de totalidade sobre a situação vivida pelo usuário, além de compreender a situação objetiva e subjetiva da classe trabalhadora frente ao processo capitalista, ou seja, ante a ótica de produção e reprodução das relações sociais, além disso, devem se basear no Projeto Ético – Político e Profissional e no Código de Ética da profissão para nortear seu exercício profissional.

CAPÍTULO III:

**O exercício profissional nas Unidades de Acolhimento
para Crianças e Adolescentes: demandas que
expressam as refrações da “questão social”.**

3.1) O trabalho dos (as) assistentes sociais nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: breve histórico.

O exercício profissional do (a) assistente social é uma ação no qual o profissional possui competência para exercer, executar, defender sua função profissional, buscando ir além das rotinas institucionais e desse modo procurar apreender o movimento da realidade. Significa dizer que o (a) assistente social através da apreensão da realidade atua na garantia do acesso aos direitos, consolidando sua atuação profissional em suas atribuições e competência.

Pode-se afirmar que apesar das várias limitações encontradas em seu exercício profissional cotidiano, existe para alguns segmentos profissionais o entendimento da necessidade de localizar o papel desempenhado e seu dever enquanto profissionais, fazendo, assim, com que busquem estratégias para superar esses obstáculos, visto que através de uma perspectiva crítica o profissional consegue apreender e desvelar as expressões da “questão social”.

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2011, pág. 21).

Assim sendo, é preciso pensar a “questão social” em contexto onde o exercício profissional do (a) assistente social se materializa e em suas expressões como dimensões constitutivas desse exercício profissional, sendo o objeto de intervenção historicamente determinado e sua análise é assumida pelo (a) assistente social a partir dos determinantes do Projeto Ético – Político Profissional.

Entretanto, é importante evitar a perspectiva do chamado messianismo profissional que segundo Iamamoto (2011), “é uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social.” Entendemos que essa visão para ser superada implica aquilo que viemos formulando ao longo desse material. É necessário que o profissional localize as condições objetivas do seu fazer profissional diante da realidade social que atravessa por sua vez as instituições sociais nas quais o profissional se insere.

Deste modo, as características dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social nos impõem constante reflexão e revisão da prática, da linguagem, das técnicas, entre outros elementos.

O assistente social, no exercício de suas atividades vinculados a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, pág. 113)

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, temos a perspectiva jurídica de garantia de direitos à criança e ao adolescente, de maneira que o abrigo seja uma medida de caráter excepcional e provisório e que a convivência familiar e comunitária seja efetivada, prioritariamente na família de origem e excepcionalmente em família substituta.

No Distrito Federal existem atualmente vinte e uma Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, sendo três vinculadas diretamente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e dezoito conveniadas. Entretanto é importante mencionar que até o final da elaboração deste trabalho somente em treze Unidades de Acolhimento existiam assistentes sociais atuando, sendo de fundamental importância o papel desse profissional nessas Unidades de Acolhimento.²⁴

Seguindo os parâmetros que orientam a organização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, ou seja, as Orientações Técnicas de Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o abrigo institucional seria um serviço que oferece acolhimento provisório devido ao afastamento do convívio familiar e que deve ser semelhante a uma residência, oferecendo um ambiente acolhedor e possuindo como público alvo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos dependendo da Unidade de Acolhimento.

Portanto, nas Unidades de Acolhimento para Criança e Adolescente, o Serviço Social atua no nível de proteção social de alta complexidade, garantindo proteção

²⁴ O afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária (Lei 12.010, art. 101, § 2º). Se o Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará o fato ao Ministério Público, prestando esclarecimento sobre os motivos de tal entendimento e sobre as providências já tomadas no sentido da orientação, apoio e promoção social da família (Lei 12.010, art. 136, parágrafo único). Em casos excepcionais e de emergência, as entidades que mantenham programas de acolhimento poderão atender crianças e adolescentes sem prévia autorização da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade (Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal).

integral para as crianças e adolescentes que tiveram todos os seus direitos de proteção negligenciados/negados e tiveram que ser retirados do âmbito familiar por situação de risco.

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Artigo 05 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Esses Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade vão enfatizar a constituição de novos modelos de acolhimento para crianças e adolescentes que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, distinguindo-se dos antigos modelos de abrigos, orfanatos, entre outros, sendo que historicamente as crianças/adolescentes eram abrigadas em grandes instituições onde permaneceriam por longo tempo ou a vida inteira.

Atualmente, a Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009, referente à “Lei da Adoção”, prevê que o tempo máximo da medida protetiva de abrigamento seja de dois anos, visto que o abrigamento tem caráter excepcional, e o Serviço Social avalia as possibilidades de reintegração familiar e esgotadas todas as possibilidades de retorno para a família biológica e/ou extensa então é feito um relatório para o Juiz da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (VIJDF) aconselhando o cadastramento dessa criança e/ou adolescente no Programa de Adoção para a colocação em família substituta.

Ainda como demanda posta para os profissionais pelas Instituições estão:

1 - O acompanhamento social dos abrigados, onde o (a) assistente social faz anotações a respeito de cada criança e/ou adolescente, relacionado ao seu processo judicial, seu desenvolvimento;

2 - O atendimento aos abrigados e suas respectivas famílias, no qual o (a) assistente social atende as crianças e adolescentes quando estes apresentam algum tipo de problema dentro da Instituição ou quando necessitam conversar sobre algo que considera importante. As famílias também são convidadas a debaterem sobre o processo em trâmite na Vara de Infância e Juventude referente ao seu familiar que está em situação de abrigamento e também para manter uma relação mais direta com o(s) familiar (es) que está (ão) na instituição e assim aumentar os laços afetivos;

O (a) assistente social ainda se utiliza do Relatório Informativo no qual coleta informações sobre o usuário a partir das determinações do Juiz da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (VIJDF) encaminhando a partir desse relatório seu parecer com sugestões sobre a criança e/ou adolescente.

Portanto, os relatórios têm por finalidade contribuir na elaboração do Parecer Social, que é uma avaliação teórica e técnica realizada pelo (a) assistente social dos dados colhidos. Não se trata apenas de organizar as informações, mas sim fazer uma avaliação dos dados coletados, e a partir de uma fundamentação teórica de análise emitir sua opinião.

Segundo Torniolo (2008), esses relatórios possuem por função analisar a aplicação dos princípios e técnica do Serviço Social; pesquisar suas intervenções a partir dos registros de documentos; compreender determinada realidade social percebendo suas nuances e complexibilidade, além de permitir o desenvolvimento da intervenção social a partir das análises dos dados obtidos com a articulação com programas, políticas entre outros.

O (a) assistente social ainda possui por fazer profissional manter o convívio dessa criança e/ou adolescente com a família nuclear ou extensa²⁵ visando que o afastamento do contexto familiar seja apenas uma medida excepcional, como citado acima, sendo importante promover o fortalecimento, a independência entre outras medidas, dessa família a partir do acesso a políticas públicas. Mas antes é necessário realizar um estudo diagnóstico prévio que subsidiará a decisão desse profissional sobre o afastamento da criança/adolescente do convívio familiar. Segundo as Orientações Técnicas de Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) esse estudo deve “incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente e as condições de proteção e cuidados”.

O (a) assistente social também deve fazer um acompanhamento familiar logo após o acolhimento para que aumente as chances de uma reintegração familiar ou processo de adoção, visto que o afastamento familiar pode ocasionar um enfraquecimento do vínculo com os familiares, sendo que no caso de adoção a demora pode acarretar a diminuição da possibilidade de colocação em família substituta.

²⁵ A família nuclear é formada pelos pais e a família extensa, por sua vez, inclui os avós, os tios, os primos e outros parentes.

3.2) As demandas postas para os (as) assistentes sociais nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: uma análise das expressões da “questão social”.

Durante a pesquisa de Iniciação Científica cujo título: *“Questão Social”: uma análise do debate teórico em torno do objeto de intervenção profissional* que possuía como foco de análise as particularidades presentes no debate da formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), e que procurava analisar especificadamente o entendimento de “questão social”, presentes na formação profissional, levando em consideração as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas em 1996. Foi feito o levantamento do ementário e programas das disciplinas de Questão Social e Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos I, II e III, sendo que a aplicação de questionários foi realizada junto aos alunos que concluíram essas disciplinas no período de 2010/02. Essa pesquisa revelou que as disciplinas de “Questão Social” e Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos I, II e III apresentaram algumas problemáticas em face das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Ao mesmo tempo, ainda que as ementas e as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas estejam dentro dos parâmetros curriculares possibilitando uma visão ampla e atualizada do debate, a aplicação dos questionários junto aos alunos que concluíram estas disciplinas revelaram um dado preocupante: os estudantes não compreendem o debate sobre “questão social”, as diferenças e polêmicas em torno do tema presente na produção bibliográfica do Serviço Social e nas disciplinas de “Questão Social” e de Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos os alunos não conseguem localizar a processualidade da “questão social” e suas implicações para a profissão de Serviço Social, visto que as disciplinas com maior relevância fazem referências à “questão social”, mas essas referências são secundárias, sendo outros os seus objetivos específicos o que ficou nítido na pesquisa ao perceber que em FHTM, por exemplo, é secundarizado o debate sobre a “questão social” dando maior ênfase no contexto histórico do Serviço Social.

Por essa razão o interesse em dar continuidade ao debate da “questão social” agora voltado ao exercício profissional. Sendo assim, procuramos articular as questões apresentadas até o presente momento e a especificidade do exercício profissional dos

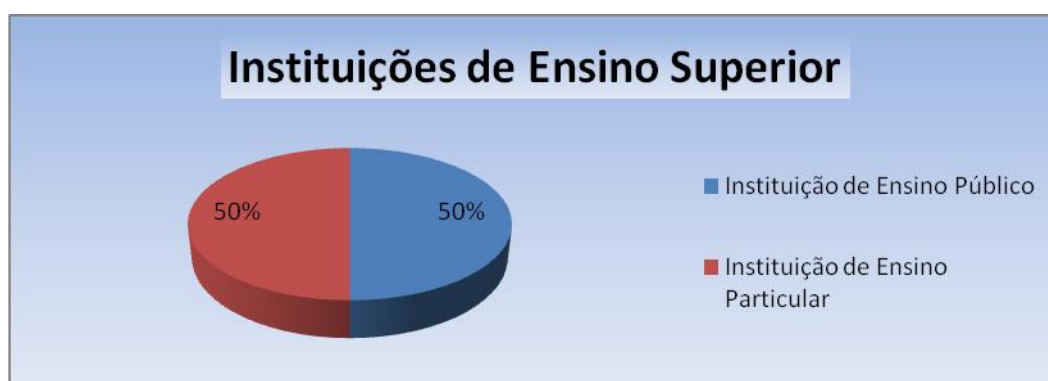
(as) assistentes sociais desenvolvido nas Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal.

Como foi discutido anteriormente, a “questão social” no debate recente da profissão de Serviço Social apresenta-se como a base de fundamentação sócio-histórica da profissão e para o seu entendimento é necessário compreender as suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ídeo-culturais que compõem as suas expressões.

Como foi mencionado no item anterior existe no Distrito Federal um total de vinte e uma Unidades de Acolhimento, sendo que nosso universo de pesquisa foi de treze Unidades de Acolhimento, ficando restrita a seis Unidades, devido às questões postas na introdução deste trabalho.

Do universo de profissionais pesquisados verificamos que a formação profissional deu-se entre os anos de 1986 a 2011, sendo que dentre esses assistentes sociais 01 se formou na década de 1980 e os demais depois do ano 2000, sendo que esses se formaram depois do currículo novo. Verificamos também que 50% desses (as) profissionais se formaram em Instituições de Ensino Público e os 50% em Instituições de Ensino Particular, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Instituição de Ensino



FONTE: Entrevista com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal 2012.

A nossa pesquisa identificou também que 50% dos (as) profissionais entrevistados (as) fazem ou fizeram cursos de capacitação e os outros 50% disseram que

não apesar de alguns terem participado de palestras e seminários. Observamos que os cursos de capacitação são os seguintes:

“Gestor social.” (entrevistado (a) 01);

“Capacitação específica do Serviço Social em Serviço de acolhimento NÃO, mas participo de diversos eventos e treinamentos sobre serviços de acolhimento. Geralmente fomentados pela área da psicologia. Ex: Atualmente temos um grupo de discussão permanente mantido pela SEDEST; ENAPA – Encontro Nacional de Apoio à Adoção; Colóquio Reordenamento dos Serviços de Acolhimento – SEDEST/Berço da Cidadania; (2012) Grupo de Cooperação técnica Vara da Infância e Juventude – uma vez por mês com atores convidados de diversas áreas; Curso de Aperfeiçoamento "Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes"; Capacitação para Rede de Acolhimento – Fundação Universa/Berço da Cidadania; (2011) Capacitação para preparação da criança para adoção – Aconchego e Berço da Cidadania” (2010) (entrevistado (a) 02);

“Acolhimento Institucional” (entrevistado (a) 06).

Considerando que “o aprimoramento profissional permitirá a construção de uma prática profissional comprometida com os interesses dos usuários e, conseqüentemente, com a ampliação e consolidação do acesso deles aos direitos sociais” (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL de 1993, 2012, pág. 150); percebemos, entretanto que essas capacitações estão voltadas à prática e não ao debate mais amplo do Serviço Social, ou seja, os (as) assistentes sociais procuram dar respostas imediatas ao seu espaço sócio-ocupacional esquecendo muitas vezes que o Serviço Social é uma profissão dinâmica inserida no próprio contexto sócio-histórico. E em alguns casos é a instituição que influencia que esta capacitação esteja voltada ao seu espaço sócio-ocupacional ao permitir que o (a) profissional participe **apenas** de cursos voltados ao campo de criança e adolescente. Isso faz com que o (a) assistente social fique preso ao seu cotidiano profissional, ao imediatismo esquecendo que o conhecimento da realidade no qual estão inseridos é de fundamental importância, visto que segundo Iamamoto “se não tem domínio da realidade que é objeto do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ações inovadoras? Construí-las, com base em quê?” (Iamamoto, 2000, p.41).

Assim sendo, cabe ao assistente social transformar a sua forma de atuação profissional, em consequência da demanda que lhe é colocada e da necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista. É necessário

acompanhar o movimento da sociedade e considerar os novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta.

No que se refere à continuidade da formação profissional 50% não tem nenhum curso de pós-graduação, e 50% já cursaram pós-graduação ou alguma especialização na área de assistência social. Constatou-se que essa qualificação também está vinculada diretamente ao serviço de acolhimento para criança e adolescente especialmente quando observamos que dentre os curso temos: metodologia de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes; trabalho Social com Famílias e Comunidades em Direitos Humanos.

No universo de inserção das Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, coube-nos querer captar quais são as demandas postas neste espaço sócio-ocupacional para as profissionais de serviço social. Abaixo apresentamos, a partir dos dados levantados, o que foi apontado pelas próprias profissionais no que elas consideram demandas do Serviço Social e aquelas que são demandas postas para o Serviço Social:

Tabela 01: Demandas Profissionais e Institucionais

Demandas Profissionais	Demandas Institucionais
São todas problemáticas sociais identificadas no âmbito de trabalho, no qual o profissional atua.	Conflitos entre os acolhidos e funcionários; agressão entre acolhidos; reintegração familiar.
Trabalhar com crianças, adolescentes e familiares com direitos violados , situação de risco pessoal e social, situação de pobreza extrema, encaminhamento para rede.	Fazer estudo de caso , promover a reintegração ou colocação das crianças/adolescentes em famílias substitutas, acompanhar as crianças reintegradas.
Acompanhamento da criança e adolescente e suas famílias, pensando em uma reintegração social ou no caso de não ter família prepará-lo para quando sair da Instituição.	Visita domiciliar , sendo o ideal não marca-la; atendimento técnico e encaminhamentos.
São aquelas que se apresentam ao profissional a partir de diagnostico onde são possíveis serem identificadas e diz	Garantia de direitos (matricula escolar, inclusão em cursos profissionalizantes, atividades sócio-educativas, atendimento

respeito ao direito. Tudo que se refere à necessidade individual ou coletiva do objeto de intervenção.	individual, mediação de conflitos, elaboração de relatórios informativos, elaboração do plano de intervenção do usuário).
As demandas profissionais são os fatores que justificam a presença do Serviço Social na instituição. Estes fatores sempre estão associados à refrações da questão social, produzida pela forma conduzimos nosso modelo de produção e reprodução social, nossa atual ordem social, o sistema capitalista, que para sua existência necessariamente precisa da precarização, da exclusão, da concentração de renda, da constante produção e consumo.	As principais demandas para o Serviço Social em um Serviço de Acolhimento estão relacionadas às consequências, reações que o nosso atual modelo produz nas famílias, ou seja, geralmente estas famílias não tiveram acesso a uma educação de qualidade , muitas têm pouco tempo de escola, o que dificulta a qualificação para o mercado, que as exclui, além disso, sabemos que não há postos de trabalho para todos. Então o que sobra para estas famílias são empregos informais, temporários, o que os deixam em constante estado de instabilidade e vulnerabilidade. O não acesso a uma educação de qualidade é somado a uma dificuldade real de cuidar de seus filhos, do acesso a bens e serviços, da dificuldade de acesso à liberdade. As famílias não recebem apoio para cuidar de seus filhos, creches, serviços alternativos, suas redes familiares de modo geral são fragilizadas e não contam com apoio de nenhum lado. As precárias condições de habitabilidade também representam um ponto comum em relação às famílias que atendemos. Todos estes aspectos impactam nas relações, nos cuidados com as crianças e na própria saúde.
No meu entendimento, demandas profissionais são as requisições técnico-operativas e necessidades pautadas nas relações sociais que são colocadas por interesses das classes sociais (capital e trabalho), passando a ser atividade profissional do assistente social. Assim, as demandas profissionais são originárias das necessidades e o próprio Serviço Social constitui-se em demanda de mercado no capitalismo.	As demandas institucionais são diferentes das demandas sociais, uma vez que o que é demandado pela instituição é sempre mais reduzido do que realmente expressa à demanda social. Algumas demandas institucionais no que tange à acolhimento institucional são as principais como a “preparação para o desligamento da criança que deve ser prioridade do abrigo desde a entrada na instituição”.

FONTE: Entrevista com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal 2012.

Com base no universo de profissionais entrevistados e nas falas da tabela acima percebemos que apenas um (a) profissional distingue a demanda ou requisição

institucional da “demanda social”, ainda que a mesma não saiba qualificar claramente esta demanda social ou a trate genericamente, como todas as outras respostas, ainda assim verificamos que há uma localização da “demanda social” (vide coluna 01 da tabela 01) “como a necessidade social fruto das relações sociais e que expressam interesses de classes”.

Contudo, para a maioria dos (as) profissionais entrevistados inexistia uma relação entre o que seria demanda e as expressões da “questão social”, e por outro lado uma confusão entre o que seria a demanda com técnicas e instrumentos, ou com a própria resposta profissional dada num atendimento.

Tratemos do primeiro ponto. É preocupante observar que quando indagadas quanto ao que seriam as demandas do Serviço Social e as demandas postas pela instituição aos profissionais elas são tomadas em si, e não percebidas numa totalidade mais ampla que seriam as expressões da “questão social”. Ou seja, o profissional não relaciona o seu fazer num entendimento mais amplo focando-o quase que exclusivamente no entendimento de “reintegração social” das crianças e adolescentes, muitas vezes ainda conceituadas como “problemáticas sociais”.

Neste sentido, a “questão social” que é o fenômeno social, que evidencia a contradição máxima dessa sociabilidade são tomados pelos (as) profissionais pesquisados sem as mediações que levam a superar o recorte realizado na ordem do capital e que constituem os fenômenos isolados (desempregos, fome, carência habitacional entre outros) e que são tratados pelas instituições sociais também por meio dessa fragmentação. Ou segundo Netto, “a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 2009, pág. 32).

Ao mesmo tempo, em não considerar o significado social dessas “demandas” e como elas são recortadas pelas finalidades e pela teleologia que garantem a legitimidade social das próprias instituições, o profissional não refaz um percurso necessário: a separação da função social da instituição da função social do Serviço Social dentro da instituição. Abre-se aqui a via perigosa da legitimação institucional a-crítica no desempenho da profissão.

É necessário compreender também que existe uma utilidade social que ocorre através das necessidades sociais, sendo que essa utilidade social veio para responder as

necessidades sociais que muitas vezes se transformam por meio das mediações, em demandas para o Serviço Social, posto que no espaço profissional analisado neste trabalho é “criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social” (GUERRA, 2000, pág. 06).

Na realidade a compreensão da problematização das demandas é uma condição para entender as mediações que vinculam as reais necessidades do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho profissional, sendo que as características desse mercado de trabalho nos permite identificar as necessidades sociais que estão submetidas às demandas profissionais, sendo que as demandas não podem ser confundidas com as necessidades sociais propriamente ditas.

Dessa forma, urge aos profissionais retomar o entendimento de que, “as demandas seriam a rigor, requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes” (MOTA & AMARAL, 1998, pág. 03), ou seja, as demandas carregam, pois o caráter teleológico e intencionalidade das instituições na sociedade e por essa razão é importante compreender que apesar da identificação dessas demandas, estas não revelam as reais necessidades que as determinam.

O segundo elemento tão importante e necessário de reflexão quanto o primeiro é o próprio entendimento de “questão social” percebida e confundida como técnica e/ou instrumentos de intervenção pelos (as) assistentes sociais entrevistados, visto que esses profissionais não conseguem diferenciar a “questão social” dos instrumentos utilizados em seu exercício profissional.

Uma dificuldade encontrada para compreender esse tema está no fato de se confundir a instrumentalidade como os instrumentos necessários no exercício profissional, ou de acordo Guerra,

A instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas *uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão*, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2000, pág. 01).

Por isso é necessário perceber a instrumentalidade como uma característica sócio-histórica que irá constituir-se como condição concreta de reconhecimento social da profissão.

É imprescindível entender que o (a) assistente social deve reconhecer e atender as requisições técnico-instrumentais, mas que não é por isso que o profissional deva ser funcional a manutenção da ordem capitalista, sendo que isso ocorre quando “se reduz a intervenção profissional a sua dimensão instrumental” (GUERRA, 2000, pág. 10).

Desta forma, é importante que os (as) profissionais empreendam esforços em diferenciar instrumentalidade e instrumentais, não apenas conceitualmente, pois este elemento que aqui tentamos problematizar aponta muito para além de uma questão conceitual, mais para o limite de percepção da processualidade da intervenção profissional e esta intervenção a luz de compromissos claros para direcionar a ação. Ou seja, a instrumentalidade responde pelo modo como a profissão se constituiu cotidianamente a partir das relações sociais, em meio às contradições inerentes a profissão existente no processo de trabalho no qual o (a) assistente social está inserido. Os instrumentos e técnicas utilizados pelos (as) assistentes sociais, por sua vez, podem ser compreendidos como um conjunto de técnicas para dar materialidade à intencionalidade do profissional na intervenção.

Outro dado que procuramos analisar diz respeito ao entendimento de competências e atribuições privativas do (a) assistente social nas instituições. Obtivemos como respostas dos profissionais, a saber:

“Projetos; palestras; reuniões e relatórios.” (entrevistado (a) 01)

“Atendimento as famílias; parecer técnico social.” (entrevistado (a) 02)

“Atendimento técnico-social exclusivo do assistente social, encaminhamentos para documentação como auxílio maternidade, parecer social.” (entrevistado (a) 03)

“Acompanhamento de estagiários (supervisão de campo). **Parecer social.”** (entrevistado (a) 04)

“Estudo social, visita domiciliar, relatório social, parecer social, atendimentos específicos, represento a instituição em diversas reuniões, todos os assuntos referente ao Serviço Social são realizados apenas por assistente social.” (entrevistado (a) 05)

“a realização de estudos socio-econômicos com os genitores e famílias extensas das crianças e adolescentes acolhidos para fins de benefícios e serviços que possam possibilitar um retorno ou reintegração da criança à como também da ênfase a orientação de sujeitos envolvidos como também planejar e administrar benefícios concedidos através da intervenção do assistente social.” (entrevistado (a) 06)

Com base nessas respostas, percebemos que apenas uma entrevistada abordou com clareza o que é uma atribuição privativa, no caso a “Supervisão de Estágio”. Os demais apenas mencionaram habilidades e competências, o que nos leva a pensar se esses (as) profissionais possuem de fato um entendimento claro acerca das suas atribuições privativas, principalmente porque o pouco conhecimento e apropriação por parte dos (as) assistentes sociais destas competências e atribuições pode comprometer a visibilidade da profissão nos espaços sócio-ocupacionais.

Entendemos que o conhecimento da Lei de Regulamentação Lei nº 8.662 e o Código de Ética Profissional de 1993 são decisivos para os (as) assistentes sociais no momento de analisar as situações apresentadas tanto pela instituição quanto pelos usuários e na identificação das demandas posta por ambos.

A partir da análise dos questionários verificamos também como um dado preocupante o fato de alguns profissionais de Serviço Social que se formaram em instituições de ensino diferentes, como já foi demonstrado no **Gráfico 01**, não conseguirem compreender de fato a “questão social” e suas expressões o que revela uma das grandes dificuldades hoje no debate da implementação das Diretrizes Curriculares e que se expressa como possível problema na formação desses (as) profissionais.

Quando perguntamos aos profissionais o que eles (as) entendiam por “questão social” obtivemos respostas como,

“São todas as mazelas derivadas na sociedade em decorrência da má administração, da injusta distribuição de renda, da ganância dos donos do poder”. (entrevistado (a) 03)

“Entendo questão social como a “expressão de desigualdade social”. Creio que a questão social está muito vinculada com a desigualdade social, e são essas questões que acabaram propiciando a criação de instrumentos na iniciativa privada na sociedade, com intuito de criar programas e projetos para auxiliar os necessitados e auxiliar nos pedidos por mudanças na política de assistência social. O profissional que lida diretamente com as questões sociais é o assistente social, que trabalha nesta tensão entre produção da desigualdade e a resistência do Estado em não propiciar meios que garanta os direitos do cidadão.” (entrevistado (a) 06).

Este é um dado preocupante, visto que a proposta das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social apresenta como eixo central à “questão social” considerando-a o objeto da intervenção profissional do Serviço Social na sociedade e que a formação profissional tem como finalidade capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da “questão social”.

Esse dado vai de encontro com a *Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*, realizada pela ABEPSS na Gestão 2005-2006 onde: “o fato de os assistentes sociais em geral afirmarem que a questão social resulta da contradição capital-trabalho não significa que tenham igual compreensão desse processo” (ABEPSS, 2006).

Considerando o exposto neste Trabalho de Conclusão de Curso é premente que o (a) assistente social reflita sobre seu exercício profissional no contexto contemporâneo para que o mesmo seja capaz de identificar as expressões da “questão social” na vida cotidiana e daí ser capaz de formular respostas profissionais, a partir de seus espaços sócio-ocupacionais, que sejam orientadas, a luz da direção social da profissão, pelo enfrentamento de suas expressões e não a sua mera reposição em outras bases. É necessário que o (a) profissional se qualifique para que possa compreender suas particularidades, principalmente porque o (a) assistente social está diretamente em contato com as expressões desse que é o fenômeno central e irradiador da exploração social nos marcos do capitalismo.

[...] como categoria, lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestações das desigualdades e da exclusão social e sua vivência pelos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2011, pág. 40).

Os (as) assistentes sociais devem também tomar cuidado para não incorrerem no risco de atribuir ao usuário de sua ação toda a responsabilidade pelas dificuldades vividas distanciando-se da dimensão social das suas necessidades e falta de acesso a bens e serviços, e assim o entendemos, pois na ausência dessa perspectiva de totalidade a história do Serviço Social no mostra o quanto de moralização e individualização das questões demos como respostas profissionais.

Assim, o (a) profissional deve sempre tentar ter uma visão de totalidade sobre a situação vivida pelo usuário, além de compreendê-lo objetiva e subjetiva em sua inserção de classe, e as diversas formas de espoliação e opressões a que está historicamente submetido no processo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade analisar se os (as) assistentes sociais das Unidades de Acolhimento compreendem as expressões da “questão social” nas demandas postas em seu exercício profissional. Sabemos dos limites de um Trabalho de Conclusão de Curso e o que aqui apresentamos foi um esforço de sistematização e revisão bibliográfica e um exercício inicial de análise de dados coletados.

Devido ao curto espaço de tempo para a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso não foi possível levar em consideração outros elementos importantes, elementos estes que serão foco de análise em um possível projeto de mestrado.

Este trabalho nos permitiu compreender a “questão social” como central no exercício profissional, uma vez que o (a) assistente social intervém no âmbito das suas expressões. Dessa forma, é importante que esses (as) profissionais sejam capazes de entender os problemas e desafios impostos pela realidade social e formular respostas profissionais para esses problemas e desafios, além de exercer a profissão levando em consideração as competências e atribuições previstas no Código de Ética Profissional de 1993.

A grande problematização da nossa pesquisa, portanto é a não compreensão da “questão social” e suas expressões pelos (as) profissionais pesquisados, visto que para alguns profissionais *“o profissional que lida diretamente com as questões sociais é o assistente social” (entrevistado (a) 06)*. Isto é um equívoco, pois dizer que o (a) assistente social lida diretamente com a “questão social” é afirmar que esse (a) profissional lida diretamente com a relação capital/trabalho, o que significa colocar em xeque a ordem burguesa. Na verdade o Serviço Social é uma profissão interventiva inserida na divisão social e técnica do trabalho que lida com as diferentes *expressões* da “questão social”.

A outra problemática que identificamos é que essa não compreensão da “questão social” leva a um não entendimento em relação às demandas, pois para os (as) assistentes sociais tanto inexistente uma relação entre o que seria demanda e as expressões da “questão social”, e por outro lado, uma confusão entre o que seria a demanda com técnicas e instrumentos, ou com a própria resposta profissional dada num atendimento.

Deste modo, é importante ressaltar que as demandas não podem ser confundidas com as necessidades sociais.

Considerando que os (as) assistentes sociais lidam com as diversas demandas nas instituições é necessário que esses (as) profissionais procurem um aprimoramento contínuo de forma que os serviços prestados sejam executados com absoluta qualidade e competência ético-político.

O principal objetivo da pesquisa foi fornecer subsídios para ampliar o debate acerca da “questão social” e suas expressões, sendo necessária uma maior problematização dessa temática que é nosso ponto de partida para próximas discussões a serem feitas e sistematizadas para fazer avançar nosso projeto profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS (1997). **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios**, Caderno ABESS, Nº. 07. São Paulo: Cortez.
- ABEPSS, Pesquisa **Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. Recife: ABEPSS.
- AGUINSKY, B. G. (2006). Judicialização da questão social: rebatimento nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. In: **Revista Katálisis**, nº 01, vol. 09. Florianópolis: jan./jun.
- ALTHUSSER, L. (1985). **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado. 2º Ed. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro. Ed. Graal.
- ARCOVERDE, A. C. B. (2006). **Manifestações da Questão Social no Brasil**. In: Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais. Ed. Universidade de Brasília.
- _____ (1999). **Questão Social no Brasil e Serviço Social**. CFESS/ABEPSS/CEAD/SP/UNB. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 02: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília.
- BEHRING, E. R. (2003). A formação do capitalismo brasileiro – interpretações do passado e do presente. In: **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez.
- BONFIM, P. (2010). Entre o público e o privado: as estratégias atuais no enfrentamento à questão social. In: **Revista Katálisis**, nº 02, vol. 13. Florianópolis: jul./dez.
- CASTEL, R. (2010). **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. D. Poletti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- _____ WANDERLEY, L. E. & BELFIORI, M. (ORG) (1997). **Desigualdade e Questão Social**. Ed. Educ. São Paulo.
- CERQUEIRA, G. F. (1982). **A “questão social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. (ORG) (2012). **Código De Ética Do/A Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez.

COUTINHO, C. N. (1999). **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 1999.

Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social – RESOLUÇÃO nº 15, de 13 de março de 2002.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. (1995). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – DF.

FALEIROS, V. P. de. (2000). **Natureza e Desenvolvimento das Políticas Sociais no Brasil**. CFESS/ABEPSS/CEAD/SP/UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília.

_____ (2008). **Estratégias em Serviço Social**. 8º Ed. São Paulo: Ed. Cortez.

_____ (1985). **O Saber Profissional e o Poder Institucional**. São Paulo. Ed. Cortez.

GUERRA, Y. (2000). **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade. N.62. São Paulo: Cortez.

_____ (2000). **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: CFESS (org.) Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 04. Cadernos CEAD.

GUIMARÃES, A. P. (2008). **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

HOBSBAWM, E. (1995) **A Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

IAMAMOTO, M. V. (2011). **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo: Cortez.

_____ (2010) **Relações Sociais no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 30 ed. São Paulo: Cortez.

_____ (2011). **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 05 ed. São Paulo: Cortez.

_____ (2001). Questão Social no Capitalismo. In: **Revista Temporalis**, n.03. Brasília: ABEPSS.

- _____. (2007). **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. In: MOTA, A. E. (ORG). Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde.
- Lima, K. R. B., et. all. (2010). Algumas notas sobre o debate conceitual acerca da Questão Social. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Rio de Janeiro; 06 a 10 de dezembro. Ed. ABEPSS.
- MARANHÃO, C. H. (2006). Acumulação, Trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez.
- MONTAÑO, C. (2007). **A natureza do Serviço Social**. São Paulo, Cortez.
- _____. (2002) **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez.
- MOTA, A. E. (2000). **O Serviço Social na contemporaneidade: a “questão social” e as perspectivas ético – políticas**. Comunicação apresentada ao XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS. Maceió, mimeo.
- _____; AMARAL, A. S. (1998). Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. Ana Elizabete Mota (ORG). São Paulo: Ed. Cortez.
- _____. (ORG) (2006). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez. (Apresentação – O fetiche da Assistência Social; 1ª Parte – Cap. 1 – Questão Social e Serviço Social: um debate necessário).
- _____. (2010). Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico – político ao Serviço Social brasileiro. In: **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Ana Elizabete Mota (ORG). Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- NETTO, J. P., BRAZ, M (2011). **Economia política: uma introdução crítica**. 07 ed. São Paulo.
- _____. (2001). **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Ed. Cortez. São Paulo.
- _____. (2001). Cinco notas a propósito da questão social. In: **Revista Temporalis**, n.03. Brasília: ABEPSS.
- _____. (1999). FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Ivo Lesbaupin

(ORG). Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2007). Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: **Em Pauta**, n° 19. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) – CNAS/CONANDA – Brasília/DF.

PASTORINI, A. (2004). **A categoria “questão social em debate”**. In: Questões da nossa época. São Paulo: Cortez.

PEREIRA, P. A. P. (2001). Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: **Revista Temporalis**, n.03. Brasília: ABEPSS.

ROSANVALLON, P (1998). **A Nova Questão Social**. Repensar o Estado Providência. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, J. S. (2008). Particularidades da “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro – RJ.

SILVA, S. U. L., SOUSA, A. (2011). “Questão Social”: uma análise do debate teórico em torno do objeto de intervenção profissional. **Pesquisa de Iniciação Científica**. Brasília: DPP.

SOUSA, C. T. de. (2008). **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa – PR.

SOUSA, A. (2010). **Lukács no debate do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro – RJ.

SOUSA, A. A. (2010). O conceito Gramsciano de “Revolução Passiva” e o Estado brasileiro. **Revista Labor**. n° 03, vol. 01. Fortaleza – Ceará.

YAZBEK, M. C. (2001). Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, n.03. Brasília: ABEPSS.

Bibliografia Consultada em site:

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Disponibilizado em <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em:
<<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/instituicoes-de-acolhimento-1>>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

APÊNDICES

Apêndice 01



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

1. DADOS GERAIS:

Ano de conclusão da graduação e local/instituição: _____/_____

Ingresso na Instituição: () concurso; () outra. Especificar: _____

Tempo de trabalho na Instituição (em anos):

() de 1 a 2 anos

() de 2 a 3 anos

() de 3 a 4 anos

() de 4 a 5 anos

() de 5 a 6 anos

() acima de 6 anos

Carga Horária de Trabalho na Instituição: _____

Faz curso de capacitação? Se sim, especificar: _____

Faixa salarial, tendo como referência o Salário Mínimo:

() de 1 a 2 SM

() de 2 a 3 SM

() de 3 a 4 SM

() de 4 a 5 SM

() de 5 a 6 SM

() acima de 6 SM

Cursos de Pós-Graduação LATU SENSU: () SIM () NÃO

Se Sim:

Quais?

Se Não:

Por quê?

Curso de Mestrado: () SIM ()NÃO

Se Sim:

Quais?

Se Não:

Por quê?

Curso de Doutorado: () SIM ()NÃO

Se Sim:

Quais?

Se Não:

Por quê?

2. EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

01 – No seu entendimento o que são demandas profissionais?

02 – Quais são as principais demandas postas para o Serviço Social pela instituição para o usuário?

03 – Quais as dificuldades postas para a realização do seu trabalho na Unidade de Acolhimento?

04 - Quais as ações e as iniciativas desenvolvidas para superar essas dificuldades?

05 – No seu entendimento quais competências e atribuições privativas você desenvolve aqui na Unidade de Acolhimento?

06 – Para você, o que é Questão Social?

07 – Em seu processo de formação você teve dificuldades para compreender a “questão social”, suas expressões e sua relação com o exercício profissional?

SIM ()

NÃO ()

Por quê?

08 - Os elementos formativos referente à “questão social”, sua dinâmica e expressões estudada na sua formação contribuíram ou não para o seu exercício profissional?

SIM ()

NÃO ()

Por quê?

09 – Na sua avaliação as expressões da “questão social” constituem de fato o objeto da intervenção profissional?

SIM ()

NÃO ()

Por quê?

10 – Quais as possibilidades que você verifica para o exercício profissional que possibilitem dar respostas às expressões da “questão social”?

Data da entrevista: ____/____/ 2012

Nome do Pesquisador: Sarah Uiara Lopes da Silva

APÊNDICE 02



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos através deste, convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “Questão Social”: uma análise acerca da percepção dos (das) assistentes sociais em Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sobre as expressões da “questão social” posta como demanda no seu exercício profissional.”, de autoria de Sarah Uiara Lopes da Silva – Matrícula 10/06550 –, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Adrianycy de Sousa. Temos como objetivo geral analisar a compreensão dos (as) assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal em relação às expressões da “questão social” que se apresentam como demanda posta a estas instituições pelos usuários. Sua participação é de fundamental importância para o colhimento de informações e para a problematização da questão.

Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, por qualquer motivo, o (a) senhor (a) poderá interromper o andamento da entrevista. A preservação de sua identidade será rigorosamente mantida e a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações referentes à entrevista serão destruídas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora desta estudante pesquisadora. Poderão ser submetidos à participante, caso seja de sua vontade recebê-los através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecida pela estudante pesquisadora responsável.

Assim, se o senhor (a) aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

☐ Declaro ter sido devidamente esclarecida do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo;

Nome/Assinatura:_____. RG:_____.

Email:_____.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

O presente projeto de pesquisa foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de
Ciência Humanas (CEP/IH) da UnB - E-mail: cep_ih@unb.br

Para maiores informações, entrar em contato com a estudante pesquisadora responsável por
esta pesquisa, Sarah Uiara Lopes da Silva.

Contatos:(61) 33713053/ 91521236 E-mail: sarah.uiara@hotmail.com